

## ASSIGNATURAS

Por um anno	10\$000
Por seis mezes	5\$000
Por tres mezes	3\$000
Avulso por folha	5040
Anuncios, por linha	5060

A correspondencia official da capital de ser dirigida ao escriptorio do Diario de Lisboa, na imprensa nacional, onde igualmente se deve remetter, franca de porte, a correspondencia das provincias, assim como periodicos que trocarem com o Diario de Lisboa.

Anunciam-se todas as publicações litterarias, de que se recebem dois exemplares.

## ASSIGNATURAS

Por um anno	12\$000
Por seis mezes	6\$000
Por tres mezes	3\$000
Comunicados e correspondencias, por linha	5060

A correspondencia das provincias, assim a official como a particular, ou seja para realisar assignaturas da folha, ou para a publicação de editaes, annuncios ou communicados, deve vir acompanhada da importancia das assignaturas ou do preçodo publicações pedidas, sem o que não se lio dará destino. Os annuncios serão dirigidos á loja da venda do Diario de Lisboa, rua Augusta n.º 224 e 226.

## DIARIO DE LISBOA

FOLHA OFFICIAL DO GOVERNO PORTUGUEZ

Suas Magestades e Suas Altezas passam sem novidade em sua importante saude.

## PARTE OFFICIAL

## MINISTERIO DOS NEGOCIOS DO REINO

DIRECCÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO CIVIL  
3.ª Repartição — 1.ª Secção

Atendendo ao que me representou a camara municipal de Niza, expondo a inconveniencia que tem resultado aos povos do seu concelho de serem julgados no juizo de policia correccional as causas de coimas, policia municipal ou transgressões de posturas, e pedindo que sejam revogados os decretos de 31 de dezembro de 1858, e 5 de julho de 1859, pelos quaes se transferiu dos juizes eleitos para o juizo correccional o julgamento das mesmas causas; e conformando-me com a informação do governador civil do districto do Portalegre, que julga de utilidade publica e municipal o deferimento d'esta supplica: hei por bem, usando da faculdade concedida ao governo pela carta de lei de 18 de abril ultimo, revogar os citados decretos de 31 de dezembro de 1858, e 5 de julho de 1859, a fim de que nas freguezias que compõem o concelho de Niza reverta para os juizes eleitos o processo e julgamento das causas de coimas, policia municipal ou transgressões de posturas.

Os ministros e secretarios d'estado dos negocios do reino, e dos negocios ecclesiasticos e de justiça, assim o tenham entendido e façam executar. Paço das Necessidades, em 10 de fevereiro de 1860. — REI. — Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello. — João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martens.

Tomando em consideração o que me foi representado por parte do D. Frederica Amélia Benevides, D. Adelaide Sophia Benevides, e D. Maria da Gloria Benevides, filhas do fallecido conselheiro Ignacio Antonio da Fonseca Benevides, pedindo que se lhes conceda uma pensão das autorisadas pela lei de 4 de junho proximo passado; attendendo a que o pae das supplicantes, que se conservam no estado de solteiras, prestára relevantes e assiduos servicos

como medico, que era, aos enfermos atacados da febre amarella no anno de 1857, da qual falleceu; attendendo a que as supplicantes por morte do dito seu pae, que lhes servia de amparo, ficaram em mui desfavoraveis circumstancias; vistas as informações das autoridades administrativas, e os documentos que as acompanham, dos quaes se prova devida e verdade dos factos allegados tanto em relação aos servicos do fallecido, como á falta de meios de subsistencia das supplicantes: hei por bem, usando da faculdade conferida ao governo pela citada lei, e conformando-me com a consulta da secção administrativa do conselho d'estado, e com o parecer do conselho de ministros, conceder ás referidas D. Frederica Amélia Benevides, D. Adelaide Sophia Benevides, e D. Maria da Gloria Benevides, a pensão annual e vitalicia de 200\$000 réis, que será repartida igualmente por todas tres.

O ministro e secretario d'estado dos negocios do reino assim o tenham entendido e façam executar. Paço das Necessidades, em 22 de fevereiro de 1860. — REI. — Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.

Atendendo ao que me representou Gertrudes Carolina Cervães Ferreira, viuva que foi de João Ferreira da Silva Oliveira, lente substituto da escola medico-cirurgica da cidade do Porto, pedindo que, em remuneração dos valiosos servicos prestados por seu marido no tratamento dos enfermos atacados de cholera morbus em 1855, de que falleceu, se conceda a seu filho menor de quinze annos, e sogra, uma pensão das autorisadas pela lei de 4 de junho findo;

Considerando que em consequencia de ter a supplicante ficado o referido menor impossibilitado de proseguir na educação litteraria, que já tinha encetado sob os auspícios de seu pae; vistas as informações das autoridades administrativas, e os documentos juntos ao processo, que provam devidamente tanto os relevantes servicos prestados pelo fallecido, como a falta de recursos do dito menor para se alimentar e educar: hei por bem, usando da faculdade conferida ao governo pela citada lei, e conformando-me com a consulta da secção administrativa

do conselho d'estado, e com o parecer do conselho de ministros, conceder ao referido menor, filho do fallecido João Ferreira da Silva Oliveira, e de Gertrudes Carolina Cervães Ferreira, a pensão annual de 150\$000 réis para a gosar até á idade de vinte e cinco annos, se antes d'isso não obtiver algum emprego publico.

O ministro e secretario d'estado dos negocios do reino assim o tenham entendido e façam executar. Paço das Necessidades, em 22 de fevereiro de 1860. — REI. — Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.

## MINISTERIO DOS NEGOCIOS ECCLESIASTICOS E DE JUSTIÇA

DIRECCÃO GERAL DOS NEGOCIOS ECCLESIASTICOS

1.ª Repartição

Tendo subido á minha real presença a informação e parecer do reverendo bispo do Funchal, com o resultado do concurso a que mandei proceder, em conformidade das disposições do decreto de 18 de maio de 1857, para o provimento da cadeira capitular da respectiva sé cathedral, vaga por obito do conego Gregorio Nazianzeno de Madeira e Vasconcellos; e attendendo a que o presbytero Florencio Januario Tello de Menezes, vigário collado na igreja do Espirito Santo da villa da Calheta, um dos oppositores que compareceu no dito concurso, se torna merecedor de muita contemplação por sua composura de costumes, e pelo modo louvavel com que, ha mais de trinta annos, tem exercido o ministerio de cura de almas em diferentes parochias: hei por bem fazer mercê ao dito presbytero Florencio Januario Tello de Menezes de o apresentar na mencionada cadeira capitular da sé cathedral do Funchal, vaga na forma acima referida.

O ministro e secretario d'estado dos negocios ecclesiasticos e de justiça assim o tenham entendido e façam executar. Paço das Necessidades, em 11 de janeiro de 1860. — REI. — João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martens.

Tendo subido á minha real presença a informação e parecer do reverendo bispo do Algarve, com o resultado do concurso a que mandei proceder, em conformidade das disposições dos artigos 10.º e 11.º do decreto de 26 de agosto do anno findo, para o

provimento da cadeira capitular da respectiva sé cathedral, vaga por obito do conego Antonio Belarmino Correia da Fonseca; e attendendo a que o presbytero Bernardo de Almeida Barbas, um dos oppositores que compareceu no dito concurso, se torna, segundo o parecer do mesmo reverendo bispo, muito digno de contemplação por sua composura de costumes, e servicos prestados á igreja e ao estado: hei por bem fazer mercê ao dito presbytero Bernardo de Almeida Barbas de o apresentar na referida cadeira capitular da sé cathedral de Faro, vaga na forma acima declarada.

O ministro e secretario d'estado dos negocios ecclesiasticos e de justiça o tenham assim entendido e façam executar. Paço das Necessidades, em 25 de janeiro de 1860. — REI. — João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martens.

DIRECCÃO GERAL DOS NEGOCIOS DE JUSTIÇA

1.ª Repartição

Na conformidade do decreto de 20 de setembro de 1849 (Diario n.º 224) se abre concurso na secretaria d'estado dos negocios ecclesiasticos e de justiça, por espaço de trinta dias, contados da publicação d'este annuncio, para o provimento do lugar de delegado do procurador-regio junto ao juizo de direito da comarca das Caldas da Rainha, vaga pela resignação que d'elle fez o bacharel Augusto Zeferino Rodrigues, o qual optou pelo cargo de deputado na actual legislatura.

Os candidatos apresentarão na mesma secretaria d'estado, dentro d'aquelle praso, seus requerimentos instruídos com os documentos originaes que se exigem no citado decreto.

Tomando em consideração as informações que me foram presentes acerca de Alexandre Pereira do Nascimento, alferes addido á companhia de veteranos no castello de S. João da Foz do Douro: hei por bem fazer-lhe mercê do officio de carcereiro das cadeias da relação do Porto, vago pela demissão de João Baptista de Freitas.

O ministro e secretario d'estado dos negocios ecclesiasticos e de justiça o tenham assim entendido e façam executar. Paço, em 18 de fevereiro de 1860. — REI. — João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martens.

um crime de estupro, do qual, nos termos do artigo 396.º do codigo penal, é circumstancia agravante o rapto de qualquer mulher virgem maior de dezesseis annos, e menor de vinte e cinco, da casa paterna, que foi commettido com seu consentimento, o accordo recorrido fl. 67, julgando que para proceder tal crime faltava no processo a existencia do emprego de meios fraudulentos, não só julgou contra o corpo de delicto, fl. 8 v., que verifica de modo a não poder restar duvida a existencia do crime de estupro de uma filha, menor de vinte e cinco annos, levada a sair de casa de seu pae por um creado d'este, o rapto e a sedução; e o que é mais julgou contra o citado artigo 396.º

Annullam portanto a decisão do accordo recorrido fl. 67; e mandam que os autos voltem á relação do Porto, para que por diferentes juizes se dê cumprimento á lei.

Lisboa, 31 de janeiro de 1860. — Caldeira — Visconde de Portocarrero — Mello e Carvalho — Grade — Aguiar. — Fui presente, Sousa.

Está conforme. — Secretaria do supremo tribunal de justiça, 13 de fevereiro de 1860. — O secretario, José Maria Cardoso Castello Branco.

## EDITAL

A commissão do recenseamento militar do bairro do Rocio faz publico que se acham affixadas as listas, na conformidade do additamento á carta de lei de 4 de junho de 1859, de 8 de outubro ultimo, com a summa de todas as decisões proferidas pela commissão districtal em diversas sessões, para cada um dos interessados poder saber os despachos das suas reclamações.

Sala da commissão, em 29 de fevereiro de 1860. — O presidente, Gregorio Vaz Rans de Campos Barreto Froes.

## CASA PIA DE LISBOA

A administração da casa pia de Lisboa manda annunciar o seguinte:

A administração reconhecendo que era do seu dever mandar ensinar um officio a todos aquellos orphãos, que pela sua condição e circumstancias estavam no caso de receber aquelle destino, julgou que devia publicar as causas que impediam que esse ensino se desse utilmente dentro da casa pia; e convidou os mestres particulares a vir procurar aprendizades n'esta casa.

Tendo decorrido um praso razoavel sem que este convite desse resultado algum, a administração resolveu estabelecer um subsidio em dinheiro, que lhe pareceu sufficiente, para os mestres que recebessem aprendizades da casa pia, e assim o annunciam. Não duvidaria mesmo augmentar esse subsidio, se os pertendentes fizessem depender d'esse augmento a aceitação dos aprendizes.

No intervalo de alguns mezes decorridos, desde então para cá, têm apenas sido procurados pelos mestres dos officios quatorze orphãos, e d'estes alguns voltaram novamente para esta casa por não agradarem aos mestres.

N'estes termos a administração da casa pia vê-se sem meios de poder fazer ensinar officios aos orphãos, que estão no caso de os aprender; e recia que a estado na casa pia em lugar de crear nos orphãos o amor do trabalho, para um dia poderem procurar os meios da sua subsistencia, os habitu a indolencia e á perguicia, e lhes faça conceber o pensamento de subsistir toda a vida á custa do estado, isto é, dos cidadãos que trabalham, e pagam os impostos.

Accresce a esta consideração outra da maior importancia. A excessiva accumulção de orphãos na casa pia, levada a ponto de violentar todos as administrações a accommodar um grande numero d'elles em claustros humidos e sem ventilação, debaixo de abobadas, pelas quaes tem sido impossivel evitar o filtramento das aguas, e em pavimentos, que têm inferiormente um deposito de materias em putrefacção, e havendo alem d'isso nos dormitorios o dobro, e ás vezes o triplo, das camas que devem haver, é, na opinião de todos os facultativos, que têm sido officialmente consultados, a principal causa das doencas que grassam na casa pia, das ophthalmias, das scorfulas, das phthisicas, e das constituições enfezadas, que é facil de notar no grande numero dos orphãos da casa pia, resultando d'aqui o arruinar-se para sempre a saude de muitos d'elles.

Entre os diversos meios, que a administração tem empregado, e continua a empregar, para extinguir esse foco de infecção a que, segundo a expressão de um dos relatorios dos facultativos, *converte um collegio de educação popular em um hospital de doencas, que ali se vão adquirindo*, a desaccumulação é, na opinião de todas as pessoas esclarecidas, que têm sido consultadas, o meio mais essencial e eficaz.

Assim a saída dos orphãos para aprendizades em mestres particulares era tambem um dos melhores meios de obter este resultado tão necessario.

N'estes termos a administração da casa pia recorre aos sentimentos de religião e de humanidade de todos os mestres de officios, e das associações fabris de Lisboa e de fóra, supplicando-lhes que a ajudem n'esto empenho, e que animados d'estes sentimentos venham receber aprendizades de entre os orphãos que ha na casa pia, e que desejam ter este destino.

Belem, 29 de fevereiro de 1860. — O director, Francisco de Paula Heitz.

## ESCOLA POLYTECHNICA

Pela direcção da escola polytechnica se annuncia que a matricula para o curso de chimica (6.ª cadeira) se acha aberta, e continuará até o dia 15 do corrente, dia em que imprerivelmente ficará encerrada.

Aquelles que pertenderem matricular-se deverão entregar na secretaria da escola os seus requerimentos competentemente documentados, dentro do praso acima declarado.

## CONSELHO DE SAUDE NAVAL E DO ULTRAMAR

Precisa-se de enfermeiros para a armada. Os individuos que forem admitidos no respectivo quadro terão as vantagens consignadas no decreto de 20 de outubro do anno proximo findo. No hospital da marinha se recebem os requerimentos dos perten-

## MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA

DIRECCÃO GERAL DO COMMERCIO E INDUSTRIA

Repartição do commercio e industria

1.ª Secção

Boletim dos preços correntes de fundos publicos, titulos de divida publica sem juro, acções de bancos e de companhias, e do curso dos cambios, na semana de 20 a 25 de fevereiro de 1860

PAPEIS DE CREDITO PUBLICO				ACÇÕES DE BANCOS E DE COMPANHIAS						
Fundos publicos				DESIGNAÇÃO DAS ACÇÕES						
Inscrições de assentamento de 3 por cento, com juro desde o 1.º de janeiro de 1860	47 3/4	47 3/4		NUMERO DAS PREFAZEM	VALOR NOMINAL	QUANTAS ACÇÕES ESTÃO EMITIDAS	DESEMBOLSO	CURSO EM MOEDA SONANTE	ULTIMO DIVIDENDO PAGO	
Inscrições com coupons, idem idem	46 1/2	46 1/2		TOTALIDADE DA CAPITAL	CADA UMA ACÇÃO					
Certificados de divida differida	33 1/2	34								
Titulos de divida publica sem juro										
Titulos de divida publica (antigos)	1	2								
Ditos azues	1 1/2	2 1/2								
Ditos das tres operações	10	15								
Papel-moeda	27	29								
CURSO DOS CAMBIOS										
PRACAS	PRASO	USO	CAMBIO							
Londres	30 d. v.	Por 15000 réis	53 3/4							
Paris	90 d. v.	"	53 3/4							
Hamburgo	100 d. d.	" tres francos	53 3/4							
Amsterdã	3 m. d.	" 165000 "	530							
Genova	3 m. d.	" tres liras novias	527							
Viena	3 m. d.	" um florim	—							
Trieste	3 m. d.	" um florim	—							
Napoles	3 m. d.	" um ducado	—							
Madrid	8 d. v.	" um peso forte	940							
Cadiz	8 d. v.	" um peso forte	940							
Porto	8 d. v.	"	Ào par							

Casa das sessões da camara dos corretores da praça commercial de Lisboa, em 25 de fevereiro de 1860. — O syndico, Miguel Mac Bride.

Está conforme. — Repartição do commercio e industria, em 25 de fevereiro de 1860. — João Palha de Faria Lacerda.

## Boletim dos premios de seguros maritimos effectuados, na semana de 20 a 25 de fevereiro de 1860

PORTOS D'ONDE E PARA ONDE SE CONVOCAVAM OS SEGUROS	PREMIOS
De Lisboa para o Porto	3/4 a 1 p. cento
Idem para a Figueira	1/2 " "
Idem para Caminha, por Peniche	1/2 " "
Idem para Faro	3/4 " "
Idem para Tavira	3/4 " "
Idem para Villa Real de Santo Antonio	3/4 a 1 1/2 " "
Idem para S. Miguel	3/4 a 1 " "
Idem para a Terceira	1/2 " "
Idem para o Rio de Janeiro	3/4 a 1 " "
Idem para Pernambuco	1/2 " "
Idem para Copenhagen	1/2 " "
Idem para o Havre	1/2 " "
Idem para S. Nazaire	1/2 " "
Idem para Gibraltar	1/2 " "
Idem para Genova, por Cadiz e Gibraltar	3/4 " "
Idem para Valparaiso	2 1/2 " "
De Viana do Castelo para Lisboa	3/4 " "
De V. Nova do Milfontes para idem	3/4 " "
De Liverpool para idem	1/2 " "
De Hartlepool para idem	1 " "
De Cardiff para idem	1 " "
De New Castle para idem	1 " "
De Setubal para o Porto	3/4 " "
Do Porto para Vellez de Malaga	1/2 " "
De Caminha para idem	1 " "
De Huelva para Liverpool	1 " "
De Pomeroy (Guadiana) para um porto da Gran-Bretanha	1 " "
De Lisboa para Louanda	15/16 " "
Idem para a Madeira	1 " "
Idem para Sines	1 1/2 " "
Idem para o Anabiz	7/8 " "

Casa das sessões da camara dos corretores da praça commercial de Lisboa, em 25 de fevereiro de 1860. — O syndico, Miguel Mac Bride.

Está conforme. — Repartição do commercio e industria, em 25 de fevereiro de 1860. — João Palha de Faria Lacerda.

Para conhecimento de quem interessar se publica o seguinte

## AVISO AOS NAVEGANTES

BALTICO, GOLFO DE BOTHNIA

NOVO PHAROL NOS ROCHEDOS LAGSKAR

Pelo ministerio imperial da marinha da Russia se communicou, que em logar do velho pharol de madeira se construiu um novo pharol a noroeste de um grupo de bancos de rochedos, chamados os Lagskar, collocados no lado de sudoeste da estrada do golfo de Bothnia, e que o pharol seria accedido desde 30 de setembro de 1859 inclusivo.

O pharol é uma luz branca e fixa, e illumina um arco do horizonte desde N. 40 1/2° E., rondando por norte até S. 32 1/2° E. Está a 101 pés de elevação sobre o nivel médio do mar, e poderá descobrir-se, em tempo sereno, a 14 milhas de distancia. O aparelho de iluminação é catoptrico ou de reflectores metallicos. O edificio tem 89 pés de altura. A parte superior (53 pés) é construida de granito, e a parte superior (53 pés) de tijolo, rematando o pharol por uma lanterna de 18 pés de altura, pintada de amarello. Demora a 59° 55' 50" de latitude N. e 19° 55' 50" de longitude oriental de Greenwich; a contar d'este ponto a extremidade do sul da ilha de Aland marca NE. 4 N. 10 1/2 milhas, e o pharol de Soderarn O. 3/4 S. 16 1/4 milhas.

ROCHEDOS WELLINGHAM E KUGGHOLM

Foram descobertos ultimamente dois recifes de rochedos, chamados Wellingham e Kuggholm, na parte de sueste da entrada do golfo de Bothnia. O primeiro, coberto só por 8 pés de agua, está a 60° 6' de latitude N. e 21° 8' de longitude oriental de Greenwich, e marca desde SO. até S. 1/2 O. uma milha de distancia com a ilha de Wellingham; a extremidade de sul está marcada por um poste com uma bandeira encarnada. O Kuggholm, coberto por 8 pés de agua, está O. 4 1/2 SO., a uma milha de Bjornholm, a 60° 12' de latitude N. e 21° 35' de longitude oriental de Greenwich. A extremidade noroeste está marcada por um poste.

PHAROL DE CHAMMA NA PONTA DE HUDENIEMI

O pharol de chamma sobre a ponta de Hudeniemi, extremidade noroeste da ilha de Carlon, no lado nordeste do golfo de Bothnia, o qual guia para o porto de Uleoborg, foi reconstruido de madeira, e pintado de vermelho. O pharol é hexagonal, e tem um tecto pontuado com um catavento de ferro. Está 94 pés acima do nivel médio do mar, e pôde avistar-se, em tempo claro, a 10 milhas aproximadamente de distancia.

(Os rumos são magneticos. Variação 11° O. em 1859.)

Repartição hydrographica do almirantado, Londres, 24 de novembro de 1859.

Está conforme. — Repartição do commercio e industria, em 29 de fevereiro de 1860. — João Palha de Faria Lacerda.

## SECÇÃO DO CONTEOOSO ADMINISTRATIVO DO CONSELHO DE ESTADO

José Gabriel Holbeche, do conselho de Sua Magestade, moço fidalgo com encargo na sua real Magestade, bacharel formado em direito pela universidade de Coimbra, e secretario geral do conselho d'estado administrativo, etc.

Certifico que o ex.ºmº conselheiro visconde d'Algar, servindo de presidente da secção do conteoso administrativo do conselho d'estado, leu, em audiencia publica de 18 do corrente mez, na conformidade do disposto no artigo 86.º do regulamento do tribunal, a cópia do decreto de 26 de dezembro do anno proximo passado do teor seguinte:

Conformando-me com a consulta do conselho d'estado pela secção do conteoso administrativo, para que foi ouvido o ministerio publico, acerca do recurso n.º 142 do recrutamento do presente anno, em que é recorrente Bernardo, filho de Manuel Alves Luzes, da freguezia de Paramos, concelho da villa da Feira, districto de Aveiro:

Hei por bem denegar provimento no dito recurso, em vista do artigo 40.º § 2.º da lei de 27 de julho de 1855.

O ministro e secretario d'estado dos negocios do reino assim o tenham entendido e façam executar. Paço das Necessidades, em 26 de dezembro de 1859. — REI. — Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.

Está conforme. — Antonio de Roboredo.

Para constar, e para os fins designados no artigo 40.º da lei de 27 de julho de 1855, se passou a presente, que conferei com o chefe da respectiva repartição. Secretaria do conselho d'estado, em 23 de janeiro de 1860. — José Gabriel Holbeche, secretario geral.

Conferida. — O chefe da repartição do conteoso, João Antonio Ferreira de Passos.

## SECRETARIA DA CAMARA DOS DIGNOS PARES DO REINO

A proxima sessão terá logar na quarta feira 7 de março, sendo a ordem do dia a discussão dos pareceres da commissão de fazenda n.º 1 e 2 sobre os projectos de lei, n.º 3, que autorisa o governo a fazer crear e emitir pela junta do credito publico inscrições de 3/4 até á quantia de 1.000.000\$000 réis, em addicionalmente á de réis 1.750.000\$000, autorisada pelo artigo 3.º da carta de lei de 7 de junho de 1859; e n.º 4, que autorisa o governo a prorrogar, até 31 de janeiro de 1861, os prazos estabelecidos no artigo 8.º e seus §§ da carta de lei de 29 de julho de 1854 para a troca e gyro das moedas de ouro e prata, mandadas retirar da circulação pela mesma lei.

Secretaria da camara dos dignos pares do reino, em 29 de fevereiro de 1860. — Diogo Augusto de Castro Constancia.

## SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PROCESSO N.º 4235

RELATOR O EX.º CONSELHEIRO CALDEIRA

Nos autos criminaes vindos da relação do Porto, primeiro recorrente Bernardo de Oliveira, segundo recorrente o ministerio publico, recorrido Domingos de Pinho Henriques, o *Batalas*, se proferiu o accordo seguinte:

Accordam em conferencia os do conselho no supremo tribunal de justiça, etc. Que tratando-se de



dentos a estes logares, e se dão os esclarecimentos necessários.

Hospital da marinha, 16 de fevereiro de 1860. — *Dr. Manuel Maria Rodrigues de Bastos*, presidente do conselho de saúde naval e do ultramar.

## PARTE NÃO OFFICIAL CORTES

### CAMARA DOS SENHORES DEPUTADOS

SESSÃO DE 29 DE FEVEREIRO

PRESIDENCIA DO EX.<sup>o</sup> SR. BARTHOLOMEU DOS MARTYRES

À uma hora da tarde verifica-se, pela chamada, estarem presentes 73 srs. deputados.

O sr. Presidente:—declara aberta a sessão.

Acta approvada.  
Mandam-se lançar na acta as seguintes declarações:

1.<sup>o</sup> Do sr. Luiz Albano, de que o sr. Mello Gouveia não comparece à sessão de hoje, e faltará talvez a mais algumas por incommodo de saúde.—*Intervida.*

2.<sup>o</sup> Do sr. Horta, de que o sr. Braamcamp não pôde comparecer à sessão de hoje por motivo justificado.—*Intervida.*

3.<sup>o</sup> Do sr. Figueiredo Faria, de que o sr. Furtado não pôde comparecer à sessão de hoje por motivo justificado.—*Intervida.*

#### CORRESPONDENCIA

Um officio do ministerio da fazenda, acompanhando 160 exemplares da conta da receita e despesa do thesouro publico, no anno economico de 1858-1859; e bem assim igual numero de exemplares da relação nominal dos empregados do estado, respectiva ao orçamento para 1860-1861.—*Mandam-se distribuir.*

É enviado á commissão de poderes o diploma do sr. Francisco Manuel Raposo Bicudo Correia, deputado eleito pelo circulo da Ribeira Grande, na ilha do S. Miguel.

São enviados ao governo os seguintes requerimentos:

1.<sup>o</sup> Requeiro que, pelo ministerio do reino, sejam remetidos a esta camara, todos os documentos que autorisaram o procedimento havido contra o ex-administrador do concelho dos Arcos, o cavalheiro Antonio Pereira de Sá Sotto Mayor.

Requeiro igualmente, que seja prevenido o ex.<sup>mo</sup> sr. ministro do reino de que o desejo interpellar a similhante respeito, logo que aquellos documentos sejam presentes á camara.

Sala das sessões dos srs. deputados, 28 de fevereiro de 1860.—O deputado pelos Arcos, *Plácido de Abreu.*

2.<sup>o</sup> Requeiro que o sr. ministro da justiça remetta a esta camara, com a maior urgencia, as representações da camara e habitantes da villa e concelho dos Arcos de Val de Vez, contra as violencias e actos illegaes praticados pelo actual juiz de direito d'aquella comarca, José Miguel Quaresma, e todos e quaquers documentos existentes na secretaria da justiça, relativos a um similhante assumpto.

Requeiro igualmente que o ex.<sup>mo</sup> ministro seja prevenido de que o desejo interpellar aquelle respeito, logo que os referidos documentos sejam presentes á camara; e tambem a respeito dos motivos por que s. ex.<sup>a</sup> não procede contra o dito juiz, que tem sido uma verdadeira calamidade para os povos d'aquella comarca, e que na sua grande maioria representaram contra a sua permanencia, pelos actos illegaes, injustos e violentos que ali tem praticado.

Sala da camara, 28 de fevereiro de 1860.—O deputado pelos Arcos, *Plácido de Abreu.*

3.<sup>o</sup> Requeiro que, pelos ministerios da fazenda e reino, se mande ouvir, com urgencia, a opinião da camara municipal do Funchal, e da associação commercial da mesma cidade, sobre a conveniencia de uma lei, que permita a entrada de uma certa porção de vinho de Portugal, por tempo determinado, de modo que não venha a prejudicar a cultura do vinho, que de futuro possa haver n'aquella ilha, estabelecendo-se um direito rasoavel de consummo, applicado á mesma camara municipal.—*Camara Leme*—*A. Gonçalves de Freitas.*

4.<sup>o</sup> Requeiro que o governo pelo ministerio dos negocios da marinha e ultramar, remetta com urgencia a esta camara, a copia da portaria, pela qual o governo entendeu que não era conveniente approvar um corpo de policia para a ilha de S. Thomé, como aliás lhe tinha sido proposto pelo ex-governador Passalacqua. E se sobre este objecto o conselho ultramarino foi ouvido. Requeiro tambem que a esta camara se envie a copia da consulta a tal respeito.

Sala das sessões, 28 de fevereiro de 1860.—O deputado pela ilha de S. Thomé, *Bernardo Francisco de Abreu.*

5.<sup>o</sup> Renovo o requerimento por mim apresentado na sessão de 25 abril de 1859, no qual pedi ao governo pelo ministerio dos negocios da marinha e ultramar, que houvesse de informar qual a resposta dada pelo juiz de direito da comarca de S. Thomé á portaria do mesmo ministerio de 17 de julho de 1858; e no caso de não haver resposta alguma, espero que o governo ordene novamente ao respectivo juiz, que informe se encontrou ou não na devida ordem os cartorios dos diferentes empregados de justiça, como deviam existir, segundo o relatório documentado por mim, feito em 12 de julho de 1858, ao qual se referiu a citada portaria de 17 de julho.

Sala das sessões, 28 de fevereiro de 1860.—O deputado pela ilha de S. Thomé, *Bernardo Francisco de Abreu.*

6.<sup>o</sup> Igualmente renovo os requerimentos por mim apresentados nas sessões de 23 e 31 de março de 1859, pedindo varios esclarecimentos sobre a cultura e população das ilhas de S. Thomé e Príncipe; e sobre se foi ou não cumprida a portaria do ministerio da marinha e ultramar de 12 de julho de 1856, que teve em vista dirigir a emigração dos habitantes do archipelago de Cabo Verde para a provincia de S. Thomé e Príncipe. E requeiro que esses requerimentos sejam publicados na sua integra não só no *Diário de Lisboa*, como no da Camara. Sala das sessões, 28 de fevereiro de 1860.—O deputado pela ilha de S. Thomé, *Bernardo Francisco de Abreu.*

7.<sup>o</sup> Requeiro que, pelo ministerio das obras publicas, sejam remetidas, com urgencia, a esta camara copias das portarias autorisando os trabalhos no caminho de ferro de leste, e approvando o projecto da ponte da Asseca, como obra de arte do mesmo caminho.

Igualmente requeiro que, pelo ministerio da fazenda, seja remetida, com urgencia, á camara a representação que a junta do credito publico dirigiu ao governo, relativamente ás emissões de titulos da divida fundada externa.—O deputado, *Carlos Bento da Silva.*

8.<sup>o</sup> Requeiro que, pelo ministerio do reino, sejam enviadas a esta camara, com a possivel brevidade, a qual se torna urgente, as representações da camara municipal do Cartaxo de 1858, que foram por aviso do mesmo anno remetidas ao conselho d'estado que consultou em 30 de novembro subseqüente; requerendo:

1.<sup>o</sup> Licença para lançar o imposto de 10%, sobre a decima, a fim de construir uma nova igreja, at-

tendendo a não ser já sufficiente á sua população crescente, a que existe;

II Pedindo que se lhe concedesse o aforar, para tornar no centro da villa, a parte da cerca do extinto convento de S. Francisco, que sobra da concessão feita para o cemiterio já estabelecido, praça do mercado já medido, o terreno para construção da nova casa da camara e cadeia, que se deve edificar.

Requeiro que estas representações sejam convertidas, com urgencia, em propostas de lei, e se satisfaça ás justas exigencias de uma villa e concelho dos mais importantes da Extremadura, por sua população, produção vinicola e grande lavoura.—*L. T. de Sampaio Junior.*

9.<sup>o</sup> Requeiro que, pelo ministerio das obras publicas, commercio e industria, sejam enviados a esta camara todos os projectos com relação a docas nas ilhas de S. Miguel e Terceira.—*L. T. de Sampaio Junior.*

10.<sup>o</sup> Requeiro, pelo ministerio da fazenda, nota e esclarecimentos da divida do governo á camara municipal de Santarem, a fim de tomar conhecimento, se na verdade provém d'essa falta de recursos, como se allega, o estado incommodo d'aquella villa, e o atraso das obras municipaes.—*L. T. de Sampaio Junior.*

11.<sup>o</sup> Requeiro que se pegam pelo ministerio do reino ao governador civil do districto de Santarem, para serem enviados a esta camara, os seguintes esclarecimentos:

I Nota dos rendimentos especificador das misericordias n'aquello districto, nota da despesa em cada uma d'ellas com o seu pessoal, e nota especificada do movimento dos seus respectivos doentes.

II Relação dos seus respectivos devedores e dividas.

III Nota designada dos rendimentos das confrarias, dos seus creditos e debitos.

Obtidos estes esclarecimentos, os mais que eu agora não peço, mas que hei de vir a pedir, tanto a respeito d'aquello districto, como do de Aveiro, desejo que seja prevenido o ex.<sup>mo</sup> ministro do reino, para eu solicitar as providencias que são altamente reclamadas em quasi todo o paiz, na administração tão descurada dos estabelecimentos pios e de caridade, por deficiencia de gerencia e mesmo de legislação.—*L. T. de Sampaio Junior.*

12.<sup>o</sup> Requeiro que, se peça ao ministerio das obras publicas, commercio e industria, a fim de serem com urgencia enviados a esta camara:

I Todos os documentos que digam respeito ao projecto de uma doka na ilha do Fayal, por mim enviados ao mesmo ministerio, quando governador civil do districto da Horta em 1854, 1855 e 1856.

II Tudo quanto respeito ao projecto do lazareto na mesma ilha do Fayal.—*L. T. de Sampaio Junior.*

São tambem mandadas ao governo as seguintes notas de interpellação:

1.<sup>a</sup> Desejo chamar a attenção do sr. ministro das obras publicas sobre o seguinte:

I A necessidade de prover sem demora á sementeira dos pinheiros na margem direita do rio Liz.

II A desobstrução da foz do mesmo.

III Ao melhoramento do leito do mesmo, que se acha n'um estado deploravel em toda a sua extensão.—*F. L. Mousinho de Albuquerque*, deputado por Leiria.

2.<sup>a</sup> Desejo interpellar a s. ex.<sup>a</sup> o sr. ministro dos negocios da marinha e ultramar, acerca da portaria do governador de S. Thomé de 28 de abril de 1859, publicada no boletim n.º 72, pela qual se creou uma força para a policia rural das villas da ilha de S. Thomé, approvando o respectivo regulamento de 28 do mesmo mez; e da portaria do mesmo governador de 5 de maio de 1859, que approvou outro regulamento para a força da policia da cidade de S. Thomé.—O deputado pela ilha de S. Thomé, *Bernardo Francisco de Abreu.*

3.<sup>a</sup> Requeiro que seja prevenido o sr. ministro da marinha e ultramar, de que desejo interpellar o governo acerca da anarquia monetaria que existe na provincia de Cabo Verde.—*Antonio Maria Barreiros Arrobas.*

Tem segunda leitura as seguintes propostas:

1.<sup>a</sup> Havendo na penultima sessão da legislatura passada, mandado para a mesa uma representação dos irmãos terceiros de S. Francisco da cidade de Loanda, em que pedem a dispensa do pagamento das decimas que sobre elles pesam, com o fim de poderem estabelecer um hospital em favor dos irmãos desvalidos e sem familia; requeiro que ella seja remetida á commissão competente, para ser tomada na devida consideração.—*Baldunio.*

A commissão do ultramar.

2.<sup>a</sup> Devendo estar em vigor a resolução da camara, tomada na acta n.º 24 de 1853, requeiro que se continuem a publicar no *Diário de Lisboa* os nomes de todos os srs. deputados que faltarem ás sessões sem motivo justificado.—*Guilherme Pacheco.*

3.<sup>a</sup> Requeiro que todas as deliberações da camara que têm modificado ou alterado o regimento d'ella, e pela mesa são consideradas em execução, sejam impressas e distribuidas pelos srs. deputados.—*Moraes Carvalho.*

O sr. secretario *Mamde*:—esta proposta é atendida pela mesa.

O sr. *D. Rodrigo de Menezes*:—renova a iniciativa do projecto de lei n.º 103, de 1859, e para esse fim manda para a mesa a proposta respectiva.

Tendo visto no *Diário de Lisboa* varios requerimentos dos srs. deputados, recommendando ao governo obras muito dispendiosas, deve observar que o costume da camara é, que os requerimentos em que se pedem esclarecimentos são remetidos ao governo, independentemente de votação da camara; mas requerimentos em que se fazem recommendações ao governo, em nome da camara, para trabalhos importantes, como são estudos de obras, precisam discutir-se, porque, ou os srs. ministros não hão de attender a estes requerimentos, o que não é muito li-songoiro para a camara, ou hão de attende-los, e n'esse caso hão de sobrecarregar as suas repartições com grandes despesas; e por consequencia chama a attenção da mesa e da camara para este objecto, que é de utilidade publica.

Aproveita tambem a occasião para dizer que, quando se tratou da questão do sr. Folque, questão que está persuadido que não elevou a camara, teve occasião de ver tambem o seu nome em discussão, e pediu a palavra contra o parecer da commissão, e quando ella lhe não chegasse, logo depois da votação se lhe concedesse a palavra para uma explicação. Acabou a discussão, votou-se o parecer, e a palavra não lhe foi concedida.

O sr. Presidente:—porque não estava prorogada a sessão.

O orador:—lé a disposição regimental relativa a explicações, notando as que eram concedidas pela camara em casos extraordinarios, e não no meio da discussão, porque do contrario seguir-seia um absurdo. A questão passou, e nada mais tinha a dizer sobre ella; mas como o sr. relator da commissão, estando na tribuna, e elle, por desgraça, de frente, se lembrou de o citar como uma prova e testemunho de que o sr. Folque não precisava nem devia optar, não pôde deixar de dizer que não occupou lugar algum no paço, porque o fôro que tem de fidalgo não é graça, não tem vencimento algum, foi uma honra que herdou; não lhe fizeram favor algum; e portanto não ha paridade alguma entre elle e um professor da casa real, que tem as hon-

ras de official menor, vae ao paço, é ali empregado e recebe pensão. Não teve occasião de fallar sobre este assumpto, mas se a tivesse teria dito o mesmo que acaba de expor, e muito mais. A moradia nada mais significa senão um uso antigo, ou obrigação do mogo fidalgo comparecer em actos publicos, e com obrigação de ter cavallo, o que ha longo tempo não está em pratica. Isto tudo era quando D. Francisco de Almeida dizia ao Rei os fidalgos de Vossa Magestade fazem tudo o que devem (no serviço real), e devem tudo o que fazem. Hoje é outra cousa, pagam o que devem e o que fazem.

Ali está um livro bem conhecido que trata das honras dos mestres da casa real; lá está bem definido o que esses empregados são no paço.

O sr. *Ministro da Justiça*:—manda para a mesa as seguintes propostas de lei:

N.º 1.—Proposta de lei para approvação do código de credito predial.

N.º 2.—Proposta de código de credito predial.

N.º 3.—Proposta de lei de organização judicial contendo:

Parte 1.<sup>a</sup> Syndicancias judicias.

2.<sup>a</sup> Julgamento criminal para tribunaes de assentada.

3.<sup>a</sup> Extinctio dos juizes ordinarios e eleitos, e reforma dos juizes de paz.

4.<sup>a</sup> Habilitações dos magistrados do ministerio publico.

5.<sup>a</sup> Abolição das multas judicias, e emolumentos de juizes e agentes do ministerio publico.

6.<sup>a</sup> Habilitações dos tabellães denotados, e escriptores.

N.º 4.—Proposta de lei de assistencia civil.

N.º 5.—Proposta de lei organica de prisões.

N.º 6.—Proposta de lei para a supressão da relação dos Acores e do tribunal commercial de 2.<sup>a</sup> instancia.

N.º 7.—Proposta de lei alterando a fôrma do julgamento por tensões.

N.º 8.—Proposta de lei alterando a fôrma da distribuição nas comarcas de Lisboa e Porto.

Tem tambem de apresentar algumas propostas relativas ao ramo de administração ecclesiastica, e que se não farão esperar por muito tempo; e outras sobre a administração judicial, que tambem apresentará, logo que as tenha organizado.

O sr. *Visconde de Pindella*:—depois que ouviu fallar os illustres deputados pelo Minho, e seus amigos, recommendando algumas estradas ao sr. ministro das obras publicas, não pôde ficar silencioso.

Louva muito os srs. ministros, porque cumprem dignamente a missão de que estão encarregados, mas, repete, não pôde ficar silencioso, pertencendo a uma parte do Minho, onde se não sabe ainda o que é viação publica; e o seu silencio a este respeito havia de ser mal interpretado pelos seus constituintes.

No Minho ha duas especies de raças, uma de filhos legítimos, e outra de filhos bastardos; Guimarães, que é de certo a segunda terra do Minho, ignora totalmente o que é a viação, porque a mesma estrada que, segundo o contrato, devia estar concluida n'um anno, sabe Deus quando o está.

Não desenvolve agora os recursos de Guimarães, a sua industria, commercio, riqueza e propriedades, porque tudo isso possui, e só dirá que é uma das terras do reino que mais contribue para o estado, e os governos passados não têm olhado para aquella parte do Minho. Creio muito nos actuaes srs. ministros, e tudo no sr. ministro das obras publicas, e sente que s. ex.<sup>a</sup> não esteja presente, porque não só lhe faz esta devida justiça, mas até o louva e lhe vota muitos agradecimentos, mesmo em nome dos povos, que tem a honra de representar.

Pede pois ao sr. ministro do reino, haja de recommendar ao seu collega os estudos da directriz da estrada de Guimarães á Lixa, que vac entroncar com a de Amarante, estudos a que já se procedeu; e recommenda tambem a s. ex.<sup>a</sup>, que mande activar esses trabalhos, para ser esta uma das estradas que mais depressa se possa construir, pelos muitos interesses que d'ella resultam não só á abandonada Guimarães, mas tambem a uma grande parte do Minho e Trás os montes.

O sr. *Ministro do reino* (Pontes Pereira de Mello):—como o illustre deputado se dirigiu a elle, na ausencia do seu collega o sr. ministro das obras publicas, sobre um assumpto especial da sua repartição, cumpre-lhe dizer a sua s. ex.<sup>a</sup> que tomou notas das suas observações, e que d'ellas fará sciencia o seu collega, que sem duvida as ha de tomar na devida consideração.

Mas visto que o illustre deputado, a proposito das suas observações, disse que a cidade de Guimarães, aliás tão digna da consideração de todos os governos, tinha sido desatendida por todos os governos passados, e como teve a honra de gerir exactamente a pasta das obras publicas durante uns poucos de annos, pede licença para dizer que lhe parece um pouco injusta a sua observação, quando disse, que os governos passados não tinham olhado para aquella parte do Minho, em quanto ás estradas, porque desde 1851 a 1856 a cidade de Guimarães mereceu ao governo de que fez parte, os primeiros cuidados a respeito de viação publica.

Quando em 1851 se celebrou o contrato da companhia viação portuense, era ella obrigada a fazer a estrada de Braga a Guimarães. Não pôde negar que um tal ou qual mau fado tem presidido a este negocio, e que por circumstancias, que não julga necessário dizer agora, mas que todos comprehendem, não tem sido possível, apesar dos bons desejos, concluir a estrada de Guimarães; mas o governo designou esta estrada, entre todas as outras, juntamente com a de Braga, fazendo um contrato para a sua feitura, e que foi o primeiro que se fez em assumpto de viação publica.

Quando em 1853, sendo ministro das obras publicas, foi ao Porto para se occupar de uma companhia que desse um grande impulso á viação publica do Minho, o illustre deputado sabe, que fez todos os esforços que estavam ao seu alcance, para que a companhia viação portuense se fundisse com a companhia utilidade publica. Houve difficuldades que é escusado enumerar, mas que impossibilitaram este arranjo, e a companhia tomou a si o fazer com que se desse andamento á estrada de Guimarães; e já se vê que o governo não podia abrir uma estrada que estava contratada com uma companhia.

Dando estas explicações, quiz unicamente revindicar para o governo de então o cumprimento de um dever, que é sempre o dever do governo, de haver cooperado, quanto estava em suas forças, para que as estradas do Minho, e designadamente a de Guimarães, se fizesse quanto antes.

São introduzidos na sala com as formalidades do estylo os srs. deputados Francisco Antonio Barroso e Jacinto José da Costa e Andrade que prestam juramento e tomam assento.

O sr. *Famintino da Gama*:—na sessão ultima da camara transacta, se apresentou um requerimento por parte de alguns possuidores dos coupons falsos, ou duplicados, que á junta do credito publico não pagou em 1855, por não dever, nem poder pagar, senão o que é legal.

Queixando-se os requerentes de ter a junta obrado d'este modo, e pedindo providencias á camara, entendeu elle, orador, desde n'esta casa, que havendo um processo judicial pendente, se abstinha de entrar na materia. Ha dois dias renovou-se a mesma queixa contra a junta, que nada tem que fazer com um

negocio que n'este anno, como no passado, está affecto ao poder judicial; mas porque lhe parece que deve ter um fim aquelle processo, e porque convém que a camara tenha conhecimento d'este negocio para justificação da junta, que paga promptamente e em devido tempo, tudo quanto legalmente deve pagar, manda para a mesa um requerimento relativo a este assumpto, o qual pede que seja dirigido ao governo. E tendo-se espalhado n'esta capital, que as locomotivas e travessas que sustentam os carris em que estas correm no caminho de ferro de leste, não estão em bom estado, assim como que todo o material que fora entregue ao empresario Salamancas, se está deteriorando muito sem se cuidar nos necessários reparos, o que no seu entender é de certo exagerado; para que se conheça a verdade e satisfação do publico, tambem manda para a mesa um requerimento, pedindo esclarecimentos a este respeito.

É introduzido na sala, com as formalidades do costume, o sr. deputado José Maria da Silveira e Menezes, que presta juramento e toma assento.

O sr. *Conde da Torre*:—manda para a mesa duas representações dos ajudantes de ordens dos governadores das praças de Abrantes e Peniche, pedindo que se lhes restitua uma gratificação mensal, que d'antes percebiam.

O sr. *Celho do Amaral*:—dirigindo-se na sessão passada ao sr. ministro da fazenda, a fim de que fizesse cessar o abuso que se pratica pelo contrato do tabaco, facilitando-se o privilegio de estancieiro a pessoas poderosas nos concelhos, e que não vendem pelas suas mãos, contra as disposições respectivas, com o fim de se subtraírem aos encargos municipaes de jurado e outros, s. ex.<sup>a</sup> disse que providenciaria para que esse abuso cessasse, mas nas localidades de que tem conhecimento, longe de ter cessado, tem augmentado; pessoas muito poderosas pelos seus teres, e influencia que exercem nos respectivos concelhos, não duvidam embulhar-se na libré do contrato do tabaco, fugindo assim aos encargos publicos, desconhecendo infelizmente que são os primeiros interessados em que sejam desempenhados por quem possa ter mais a peito a boa gerencia dos negocios municipaes. Lembra pois, ao sr. ministro a satisfação da sua promessa, e ao mesmo tempo recommenda-lhe, que se ao menos conseguisse atenuar o envenenamento permanente que se faz na saúde publica com a má qualidade dos generos que fornece o contrato do tabaco, terá feito um bom serviço ao publico. Não espera que se possa conseguir que seja fornecido um genero bom, mas ao menos não seja tão mau como é. O sr. ministro comprehende bem o alcance d'este abuso; deve tomar as providencias necessárias, porque não podem os contrahentes a seu talento fornecer generos que dammifiquem a saúde publica.

O sr. *Ministro da fazenda* (Casal Ribeiro):—Se o illustre deputado tivesse precisado alguns factos, quer em relação a nomeação de estancieiros fóra das condições permitidas, quer em relação aos generos que podem ser prejudiciaes á saúde publica, poderia mais precisamente responder-lhe; mas como fallou em geral, e disse que lhe constava haver taes abusos, o governo não pôde fazer outra coisa senão dizer, que ha de recommendar que as condições do contrato sejam rigorosamente cumpridas, e dará as instrucções e ordens necessárias para que as autoridades não constintam na venda de generos que possam ser dammosos á saúde publica. Todos sabem que não é admirador nem partidario da instituição do contrato do tabaco, antes entende que da cessação do contrato hão de provir grandes vantagens aos consumidores sem prejuizo da fazenda; mas não é esse o objecto que se discute. Em quanto o contrato durar, é indispensavel por um lado manter o direito dos contrahentes, e por outro lado não consentir que se prejudique o serviço publico, concedendo as isenções de estancieiro a pessoas que estão fóra das condições precisas, e que sejam vendidos generos que prejudiquem a saúde publica; e quando qualquer d'estes factos chegar ao conhecimento do governo, elle ha de tomar as providencias necessárias.

O sr. *Celho do Amaral*:—pede novamente a palavra.

O sr. *Presidente*:—declara que não pôde conceder a palavra ao sr. deputado, porque outros srs. deputados a têm antes; e que estando a hora adiantada, passa-se á ordem do dia, reservando a palavra para amanhã aquelles senhores que a pediram para antes da ordem do dia.

#### ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO DO PROJECTO DE RESPOSTA AO DISCURSO DO THEORNO

Senhor.—A camara dos deputados tem no devoto apreço o facto, annunciado por Vossa Magestade na abertura da presente sessão legislativa, de se haver conservado a tranquillidade publica em todo o reino e provincias ultramarinas.

Foi grata á camara a noticia de não ter occorrido interrumção alguma nas relações de boa intelligencia e de amizade, entre a coroa de Portugal e todas as potencias suas aliadas.

No convite que, por parte da França e da Austria, se fez ao governo de Portugal para concorrer ao projectado congresso de Paris, que deve occupar-se do negocio importantissimo da pacificação da Italia, viu a camara que se attendem, como cumpria, aos direitos de uma potencia, que tomara parte nas deliberações do congresso de Vienna.

A camara ha de examinar com todo o cuidado os dois contratos celebrados pelo governo de Vossa Magestade para a construção dos caminhos de ferro do norte e da fronteira de Hespanha, e do sul até Evora e Beja; bem como o outro contrato para estradas em diferentes districtos do reino. E Vossa Magestade faz inteira justiça aos sentimentos, de que se acha animada a camara dos deputados, confiando em que ella, convencida de que o desenvolvimento dos trabalhos da viação publica, e a consequente facilitação das communicações internas do paiz concorrem effizadamente para a prosperidade geral, empregará no exame e deliberação sobre estes negocios a maior sollicitude.

Com igual zelo é attenção tratará a camara de examinar o orçamento da receita e despesa geral do estado, e as diversas propostas tendentes a melhorar a situação actual da fazenda publica. A camara aprecia devidamente as consequencias salutaras que d'este melhoramento devem resultar a bem do credito publico, e da futura prosperidade do paiz.

A camara tomará conhecimento da execução dada pelo governo de Vossa Magestade ás autorisações legais que obteve, com o fim de reformar e melhorar alguns ramos do serviço publico.

Finalmente a camara, Senhor, espera a apresentação das propostas, por parte dos ministros de Vossa Magestade, sobre varios melhoramentos economicos e administrativos, que as necessidades urgentes do serviço exigem. E a camara assegura respectivamente a Vossa Magestade que procurará sempre proceder em todos os negocios, submettidos ao seu exame e deliberação, com o interesse e zelo proprios de quem deseja corresponder á confiança de Vossa Magestade e á da nação.

Sala da commissão, em 22 de fevereiro de 1860. —*Bartholomeu dos Martyres Dias e Sousa*, presidente—*Antonio Correia Caldeira*—*José Estevão Celho de Magalhães*—*Alberto Antonio de Moraes Carvalho*—*José Marcelino de Sá Vargas*—*Justino Antonio de Freitas*.—Tem voto o sr. deputado, *Luiz Augusto Rebelo da Silva.*

O sr. *Presidente*:—na conformidade dos estylos

da casa ha uma só discussão na generalidade e especialidade, sendo porém a votação sobre cada um dos paragraphos da resposta.

O sr. *Arrobas*:—pelos discursos da coroa, apresentados na occasião da abertura do parlamento, costumam avaliar-se as administrações, porque n'elles se indicam os actos mais importantes do governo, consignam-se indicações genericas das medidas a apresentar ao parlamento, e até se descobrem e patenteiam as intenções do governo, sobre os principais pontos da governação.

Na discussão da resposta ao discurso da coroa costumavam-se discutir esses actos, essas tendencias e essas indicações de propostas do governo, não em absoluto e circumstanciadamente em separado, mas pelo caracter que apresentam, pela feição commum a todas, para dali se concluir sobre o caracter geral da administração, e poder avaliar o que d'ella tem e esperar o paiz.

Apóia este antigo systema, por ser esta occasião a unica em que estão em discussão todos os actos e tendencias do governo, e para serem tratados pelo methodo especial que compete a uma discussão tão lata; mas modernamente entrou em moda não discutir a resposta ao discurso da coroa, porque o povo, ávido de medidas positivas, fatigado de politica, propriamente dita, e conhecedor de que os governos ganham sempre as eleições, sabia já de antemão qual o resultado da votação do parecer da resposta ao discurso da coroa, que portanto a reputava um mero cumprimento de civilidade da camara para com o chefe do estado, e perdido todo o tempo que se gastava com tal assumpto.

Pela sua parte entende, que mesmo em relação á economia de tempo, se ganhava mais no systema antigo, porque o que deixava de se dizer n'este logar, especialmente proprio para tratar todas as principais questões governativas em geral, e de baixo do ponto de vista relativo á avaliação da capacidade governativa da administração do estado, se ia depois lançar em interpellações e extemporaneamente, por occasião das discussões dos projectos do governo.

D'esta vez adopta o novo systema, porque o seu estado de saúde e outras especies circumstancias lhe não permitiram estudar, como era mister para formar um bom juizo sobre os principais actos do governo, e por isso não discutirá a materia sujeita pelo methodo indicado; não podendo contudo deixar de cumprir o seu dever, como deputado das provincias ultramarinas, que ali governou alguns annos, e como conhecedor da sua importancia, que reputa tal que d'ellas só é que Portugal tem a esperar melhor futuro.

Ficará muito maravilhado com a leitura dos §§ 1.<sup>o</sup> e 2.<sup>o</sup> do discurso da coroa, por declararem que tinha sido conservada a tranquillidade publica nas provincias ultramarinas, e que continuavam as nossas boas relações de amizade com todas as potencias aliadas da coroa de Portugal.

Bem perto de Portugal existe a provincia de Cabo Verde, onde está a ilha de Bolama, e basta ella para contrariar estas expressões.

Uma invasão ingleza teve logar n'aquella ilha, executada por um modo inaudito e barbaro. O commandante das forças inglezas da estação naval do norte, do cruzeiro inglez da costa de Africa occidental, assentou a bandeira ingleza na ilha de Bolama; declarou livres todos os escravos que ali existiam; espoliou os proprietarios das suas terras e propriedades, declarando que ficavam livres, e subditos inglezes todos os escravos que, fugindo das outras possessões portuguezas



de verdade, se desculpa em um relatório com uma comissão de fazenda da camara, por não a seguir, está tudo definido, e portanto já lhe não admira que no discurso da coroa nada se prometta para o ultramar.

A camara deve ficar certa de que Portugal, precisando de uma esquadra regular para conservar a sua independência, não a pôde ter em quanto, depois de gastar alguns milhares de contos de réis com as colonias, as leve, como lhe é tão fácil, ao grau de prosperidade necessário para ellas com o principal sustento essa forte armada. E este o principal serviço que as colonias podem prestar, para se desempenharem para com a metropole; e que não se faz já, por culpa do errado systema que até aqui se tem seguido, de não resolver radicalmente a questão colonial.

Não se dissesse que é errado o systema de gastar com as colonias, com o fim de colher d'ellas grandes vantagens futuras; porque as possessões que perdemos, estando em estado de grande decadência, logo prosperaram nas mãos dos estrangeiros; e sem precisar de ir buscar para exemplo as grandes potencias, mesmo conquistas nossas nos tem dado bem duras lições de administração colonial, como aconteceu com os infelizes de Maskate, que sendo nossos conquistados, se tornaram independentes, e depois assenhoreando-se de pontos que tinham definido, quando nossos, logo prosperaram sob o seu domínio. E assim, que a alfandega de Zanzibar está arruinada por mais do que a receita toda da provincia de Mocambique.

Não pôde deixar de notar, que o governo não pensasse ainda no modo de realizar a prometida indemnização aos senhores dos escravos, no praso de liberdade que lhes deu um decreto, com a promessa da indemnização legal dos senhores d'elles, o que monta a milhares de contos de réis, e por isso duvida que o governo possa obter tal fim; mas é urgente mostrar que ha boa fé, como ha de certo nas palavras do decreto, e que tão grave e difficil como é a questão, não vê que o governo pense n'ella.

Em relação á Bolama, não pôde deixar de indicar que a declaração de porto franco em Bissau, da abolição dos direitos pesadíssimos de ancoragem de navios em Bissau, e a liberdade dos escravos, são medidas que o governo já devia ter adoptado, como os auxiliares mais poderosos para a solução d'aquella questão.

Muito mais tinha a dizer sobre a questão de Bolama, porém tendo annuciado uma interpegação sobre tal objecto, e não estando agora presente o sr. ministro da marinha, reserva-se para então apresentar á camara todas as considerações que tem a fazer sobre a materia, e então mostrará os documentos que sobre esse ponto possui; não podendo deixar de estranhar que não estejam ainda em processo os degenerados portugueses que tomaram o partido dos usurpadores estrangeiros.

Conclue dizendo que não ha de abandonar esta questão, até que ella tome a importancia que teve a questão *Charles et George*, porque esta é ainda muito mais grave e escandalosa.

Sente ter fallado na ausencia do sr. ministro da marinha sobre objectos da sua repartição; e por isso fallou contrafeito, deixando de dizer tudo quanto entendia, não porque tivesse nada a relatar que lhe fosse desagradavel, porque ninguém mais que elle, orador, reconhece e faz justiça á integridade e intelligencia do cavalheiro que occupa a pasta da marinha, mas porque não julga conveniente fazelo na sua ausencia.

O sr. *Bivar* (sobre a ordem):—participa que se acha installada a comissão, a quem está incumbido o exame da questão da mobilia fada, tendo nomeado para presidente o sr. D. Rodrigo de Menezes, para relator o sr. Sá Vargas, e para secretario a elle participante.

O sr. *Carlos Bento*:—entendem que o governo do seu rigoroso dever chamar a attenção do estado da camara, e do paiz, para alguns pontos importantes, que lhe parece poderem ser inconvenientes ser tratados por esta occasião, tanto mais que a resposta ao discurso da coroa não é de certo simplesmente um cumprimento, e presta-se á avaliação das questões politicas em geral.

O discurso da coroa, considerado como peça official, é de uma notavel concisão, ao passo que em toda a parte documentos de tal ordem costumam chamar a attenção do parlamento para as principais questões que devem fazer objecto dos trabalhos parlamentares, e indicar as medidas sobre as quaes deve ser chamado o voto do paiz. Mas é verdade que algumas das deficiencias d'elles, são suppridas por documentos importantes apresentados pelo governo á camara; e não pôde deixar de declarar que o sr. ministro da fazenda, apresentando um relatório do estado da fazenda publica, acompanhado de diferentes propostas para melhorar esse estado, deu um documento de ser um homem distincto do paiz, e que faz honra ao parlamento, não obstante não se poder dizer que satisfaz a todas as indicações que as circumstancias reclamam.

Dito isto, declara que não quer impugnar o projecto de resposta, mas fazer certas considerações. Em primeiro lugar observa, que lhe parece superflua a menção que se faz no discurso da coroa de que a tranquillidade publica se tem conservado em todo o reino, porque devendo aceitar-se este facto como muito natural, só o facto opposto deveria ser mencionado; e tanto mais que aquella asserção talvez não seja em todo o ponto exacta, como se vê pelas reflexões que acaba de fazer o illustre deputado que o precedem, com referencia ás provincias ultramarinas.

Pelo que respeita á nomeação dos plenipotenciarios encarregados da representação de Portugal no congresso de Paris, descrevia que o governo manifestasse á camara que as instrucções que deu áquelles plenipotenciarios sobre o seu procedimento no congresso. E, com quanto esta questão dovesse talvez impor alguma reserva, parece-lhe que não compromette cousa alguma o fazer votos livres, expontaneos, sinceros para que a Italia possa, na decisão de um ponto politico, ou para melhor dizer, de geographia politica, conseguir a independencia e o systema que temos muita satisfação de possuir; devemos dizer em alto e bom som que estimamos muito que as outras nações gozem das vantagens do systema representativo, e que a independencia d'ellas se possa radicalar.

Parece-lhe que, á exposição de que continuam as relações de boa intelligencia e amizade entre a coroa de Portugal e as nações aliadas, se devia dizer alguma cousa mais do que effectivamente se diz no projecto em discussão; talvez não fosse inconveniente dizer que esta camara tinha visto com grande satisfação, que o governo de sua magestade britannica havia proclamado principios de igualdade na diminuição de direitos das pautas, de que incontestavelmente devem resultar grandes vantagens; devia fazer-se isto menção, já que tanta cousa se felicitava, porque isto prende com a questão de fazenda.

Por esta occasião permitta-se-lhe que diga alguma cousa sobre a nossa situação financeira, porque o silencio é o unico commentario adequado ás situações desesperadas, e a nossa situação financeira, com quanto grave, não é talvez desesperada; e a prova mais convincente de que está muito longe de supor que ella seja desesperada, é que julga muito conveniente que todos a analyssem, e que todos concorram para a salvar. Ha occasiões em que não é só a iniciativa vigorosa de um homem que pôde

salvar uma nação, ordinariamente as nações ou se salvam, ou se perdem a si mesmas collectivamente.

Temos um *deficit* chronico, e esse *deficit* tem sido ultimamente aggravado, e não pôde deixar de ser, porque se entende que o meio de estabelecer o equilibrio entre a receita e a despesa consiste em grande parte em fundar divida. Ora, desde que a divida chega a um certo ponto, quando os juros d'ella tomam proporções avultadas, os encargos augmentam mais, e os titulos não têm o valor que poderiam ter; e é muito grave: crear indeterminada e indefinidamente titulos de divida fundada, porque não se pôde deixar de se ir comprometter o futuro.

O desequilibrio entre a receita e a despesa do estado é hoje menor do que nunca, e para lhe acudir o que se propõe são alguns recursos extraordinarios, mas insufficientissimos, contando-se ao mesmo tempo com a emissão dos titulos de divida feita em circumstancias extraordinarias, porque são circumstancias extraordinarias aquellas em que se acha o governo, que tem contratado por preços infelicitissimos a emissão d'esses titulos.

O primeiro recurso de que o governo devia lançar mão era reformar as pautas. E o governo, tendo já declarado na camara que não se acha com forças para fazer a reforma das pautas, nem propor um grande augmento na receita publica, porque os generos de subsistencia estão elevados! Quem lhe diz que uma redução conveniente nos direitos, não habilitaria não só os consumidores que têm verba no orçamento, como aquelles que a não têm?

Como é que este governo de iniciativa, pôde dizer que não se acha com forças para fazer a reforma, porque é uma questão muito complicada, que leva muito tempo a estudar? Quando o actual sr. ministro da fazenda se prende por considerações que realmente não deviam fazer recuar nenhum homem politico, quanto mais pessoa tão intelligente, não pôde deixar de tributar homenagem ao seu antigo collega no ministerio, o sr. Avila, por haver apresentado um projecto de reforma das pautas, que n'esse tempo foi contestado e tido em conta de mesquinho. Era mesquinho; e hoje o ministerio, depois de estar á testa dos negocios publicos perto de um anno, diz que a questão das pautas precisa de muito estudo! Então não considerem de tal sorte aquelle projecto.

Mas note-se o que em uma das sessões passadas disse o sr. ministro da fazenda «as nossas pautas dão um rendimento proporcionalmente maior do que as das outras nações.» Ora permitta-lhe s. ex.ª que lhe diga, que esta sua asserção attenua outra que no seu relatório apresenta, porque, quando compara os rendimentos directos, nota que proporcionalmente entre nós não se paga tanto como nas outras nações, querendo d'ahi concluir que se deve elevar a verba da contribuição directa. Ora, se pelos impostos indirectos se paga mais do que nas outras nações, para que se ha de elevar a contribuição directa? Diz-se que é necessário organizar as finanças, mas deixa-se a reforma das pautas para mais tarde, e não entende como se possa organizar a fazenda, sem se tratar juntamente da reforma das pautas. A reforma das pautas está intimamente ligada com a organização da fazenda.

Diz-se-lhe que vem sustentar a liberdade do commercio; não senhores, mas sustenta algumas reformas da nossa pauta em beneficio nosso, e não de outras nações.

Ninguém ignora, por exemplo, que na pauta ha a classe 16.ª, a respeito da qual o sr. Avila apresentára, quando ministro, uma proposta que comprehendia direitos que são de absoluta necessidade estabelecer para nós. Ha productos chimicos que se dizem protegidos na pauta, e que são a causa do não desenvolvimento da nossa industria. Não falla portanto em nome dos que defendem o livre commercio, falla em nome das industrias do nosso paiz. Já ouviu dizer uma vez que o consumo do ferro era um dos symptomas porque se explica a civilização e adiantamento de um paiz, e não falta quem declare que a civilização de um paiz se mede, por exemplo, pelo consumo do acido sulphurico; e o acido sulphurico está sobrecarregado com direitos taes na pauta, que se não pôde de modo algum comprehender a razão de taes direitos.

É necessário tambem que se saiba, que a questão da reforma das pautas não se inventou agora á tiltima hora: é um negocio de que os governos passados se têm occupado, e de que ha trabalhos preparados, e inqueritos concluidos.

Ninguém se oppõe á reforma da nossa fazenda; mas o que é necessário é que se trate de indicar algumas reformas na pauta, porque sem isso ha de ser muito difficil, se não impossivel, qualquer organização.

Dito isto, e não desejando mesmo tomar muito tempo á camara, limita-se a chamar a attenção da camara sobre os graves inconvenientes que devem vir de se adoptar como medida permanente, para fazer face ás despesas, a emissão progressiva de titulos de divida fundada: não entende que a emissão de titulos de divida fundada seja o meio de ocorrer a todas as despesas. Se os srs. ministros entendem que para todos os serviços é possível, com vantagem, vender divida fundada, elle, orador, é de opinião contraria.

Eram estas as observações que tinha a fazer sobre o objecto.

O sr. *Ministro do reino* (Fontes Pereira de Mello):—no fim de muitos annos de systema representativo tinhamos conquistado uma boa pratica, e tinhamos a conquistado a aprendizagem de todos os homens politicos, que ha alguns annos têm tido assento no parlamento. A resposta ao discurso da coroa tinha-se tornado um cumprimento official, dirigido pelo parlamento ao chefe do estado. As questões politicas, administrativas e economicas tinham desaparecido d'este lugar, para entrarem em debate em occasião opportuna, no momento em que as propostas do governo, ou os projectos de iniciativa dos illustres deputados, chamassem a attenção do parlamento sobre diversos assumptos de administração publica, em que fosse chamado a decidir. Só se lembra de um momento, em que o sentimento nacional se achava altamente commovido, e se quebrou este preceito, porque todos julgavam que era occasião opportuna de discutir uma grande e importante questão na resposta ao discurso da coroa: fôra d'este caso não se recorda, ha muitos annos, que se tenham transportado as questões politicas, administrativas e economicas para este lugar, repetindo assim uma discussão inutil, perdendo-se um tempo precioso, que se deve empregar em assumptos de administração, que estão já sujeitos ao exame da camara, para mais tarde virem repetir-se os mesmos argumentos.

O illustre deputado que o precedeu, e que se tem sentando por largos annos nas cadeiras da opposição d'esta casa, que já teve logar nos bancos dos ministros, e que é um dos homens distinctos que se sentam no parlamento, sabe perfeitamente que elle (sr. ministro) diz uma verdade, de que deve estar convencido no intimo da sua consciencia: porque, neste momento, trazer para aqui a questão de fazenda, por exemplo, que tem logar proprio, questão que está sujeita ao exame das commissões respectivas, e que ha de ser discutida largamente n'esta casa, era dellora-la, sem se poder discutir, sem se poder aceitar o debate propriamente n'este assumpto. Discutir as questões economicas em um momento de passagem, parece-lhe improprio, inconveniente e inutil (*apoiados*).

Tem direito, como deputado que é da nação por-

tuqueza, de emitir esta opinião no interesse da boa ordem da discussão, e do aproveitamento do tempo que cumpre a todos zelar. Mas não seria elle (sr. ministro) que chamado a terreno pelo illustre deputado, e procurando ouvir e conhecer a opinião do governo sobre diversos assumptos que tocou no seu discurso, deixasse, em nome do governo, de que tinha a honra de fazer parte, de aceitar o combate que lhe propõe o seu antagonista, nem tambem de satisfazer ao dever de cortesia, não respondendo ás observações que lhe fez o illustre deputado.

É bom ver, para instrução dos homens e para a historia dos acontecimentos, como nos diversas posições em que os mesmos cavalheiros se acham sentados n'esta casa, revestem de alterações e transformações a ordem das suas ideias. D'estas acucnações não lhe diz a sua consciencia que pôde ser réu, porque quando se sentou nos bancos da opposição, depois de ser ministro, sustentou as ideias mais impopulares que pôde haver em um homem publico, como é a necessidade de recorrer ao imposto para a organização das finanças. Sempre na camara, contra a opinião de muita gente, entendeu que não devia deixar de dizer a verdade ao seu paiz.

Caíu o ministerio de que fez parte em 1856 por ter apresentado algumas medidas para se augmentar o imposto; e esses que as combateram vieram occupar os logares dos ministros, e elle (sr. ministro) sentado nos bancos da opposição sustentou a necessidade de recorrer ao imposto para a organização da fazenda. Mas quando um dos homens distinctos d'essa epocha, um dos parlamentares mais distinctos, um dos cavalheiros por quem tem toda a consideração, declara á camara que é preciso preservar este principio, esta resposta banal com que muitos homens publicos se pretendem defender, dizendo que fazem o mesmo que fizeram os seus antecessores; quando vê que elle vem pregar esta doutrina que nunca apostolou como ministro, desadora dos homens e das consas, e pede á camara que reflecta como a diversidade de posições pôde fazer mudar a opinião dos homens mais dignos e respeitaveis.

Graças a Deus que já se faz justiça aos principios que outrora se combateram, e se combateram tanto; nas cadeiras de ministro, foi elle, orador, atacado e combatido, e combatido energicamente por ter feito a reforma da pauta em 1852. Aquella reforma foi acanhada; é o primeiro que confessa que aquella reforma não correspondia ás necessidades da industria, nem do commercio, nem satisfazia completamente ao principio economico; mas era um passo dado para elle, era um melhoramento que devia ser progressivo, era uma ideia que se semeava e que devia produzir resultados felizes.

Mas então dizia-se, olhae vós, que fizestes a reforma das pautas na occasião em que estaes a fazer com uma grande *deficit*; olhae vós, que essa reforma vae diminuir 500.000.000 réis na receita publica; olhae vós que a redução sobre o ferro e linho faz diminuir consideravelmente as fontes de receita, e quando elle, sr. ministro, dizia que essa reforma satisfazia a um grande principio economico, e ainda quando posses momentaneamente alterar a receita, devia gerar para o futuro um grande melhoramento para o paiz; quando dizia que a barateza do ferro, como materia prima, era um dos melhoramentos mais necessários para o desenvolvimento da industria nacional, então respondia-se, quando citava o exemplo da Inglaterra, que era verdade que a Inglaterra reduziu o direito das suas pautas, mas propoz o *income tax*; e pediu-se tambem o *income tax*.

Pede-se agora a reforma da pauta unicamente para reduzir os direitos sobre o acido sulphurico! É preciso considerar esta questão debaixo de um ponto de vista mais largo, e os homens que têm tomado a iniciativa, ou como ministros, ou como deputados, em assumptos de tão grande importancia para a economia do estado, não devem vir accusar os ministros por não apresentar desde já, e de repente, uma reforma importante na pauta, na occasião em que se está a braços com uma grande *deficit*. As grandes questões economicas não se tratam assim; as grandes questões economicas não se resolvem, precisam de um estudo maduro e serio, e quando o illustre deputado vem pedir que se reduza a amplitude do direito sobre o assucar, diz do passagem que essa reforma pode ter um grande alcance economico, mas na sua opinião será precipitada e temeraria: não diz mais nada.

O illustre deputado quiz inculcar á camara, que o governo procura resolver as difficuldades financeiras, creando titulos de divida publica. Sobre este assumpto não deve preterir a resposta do sr. illustre collega o sr. ministro da fazenda, que é o competente para responder ao illustre deputado; mas como pelo principio de solidariedade ministerial, tambem tem responsabilidade dos actos dos seus collegas, permitta-lhe que diga ao illustre deputado e á camara, que não foi bem comprehendido pelo illustre deputado o principio ou systema que domina as medidas de fazenda que o governo apresenta.

O governo não pretende resolver o *deficit* pela criação e emissão de titulos de divida publica. A emissão de titulos de divida publica é uma necessidade, pelas circumstancias em que estamos collocados; mas ha de ser pelo imposto e pelo credito que o governo pretende resolver todas as questões financeiras: só pelo credito ha de empregar o paiz, e empenha-lo deploravelmente porque não tinha meios para pagar. Qualquer dos systemas, só, absolutamente fallando, não pôde ser admitto nas circumstancias em que nos achamos; é necessário recorrer a ambos os principios; é necessário recorrer ao imposto e ao credito. E de que serve recorrer ao credito senão se recorrer tambem ao imposto? De que serve propor inevitáveis emissões de titulos de divida publica para ocorrer aos grandes melhoramentos de que o paiz carece, se a junta do credito publico não for dotada de modo que possa satisfazer esses encargos? Isso seria impossivel e contraproducente: seria um meio de destruir o proprio credito que o governo quer estabelecer. É pois necessario attender a estes dois principios.

Postos de parte estes assumptos, que são os mais graves em que o illustre deputado tocára, permitta que faça algumas reflexões passageiras sobre outro objecto menos importante a que s. ex.ª se referiu, em relação ao discurso da coroa.

O illustre deputado não está contente com este discurso; isso vê-se evidentemente. Não o satisfaz, e attento o seu apurado gosto e alta intelligencia, não admira que não satisfizesse o illustre deputado.

S. ex.ª achou até improprio que se mencionasse no discurso da coroa, que havia tranquillidade no reino e nas provincias ultramarinas. Pela sua parte dá graças á Providencia para que por largos annos, sempre em documentos d'esta ordem, se possa declarar um similhante estado de cousas; parece-lhe isto mais satisfactorio do que ter de declarar o contrario. Mas quando o illustre deputado fez parte da administração, não cre que fosse similhante declaração prescripta de taes documentos. (O sr. *Carlos Bento*:—diz que sim.) Cre que não, e cre que tal declaração se fazia não só quando as camaras se abriam, mas até quando se fechavam. De modo que o illustre deputado não só dizia, que havia tranquillidade publica, nos discursos da coroa, quando tinha logar a abertura, mas até no encerramento.

No dia 4 de novembro abriu-se a camara, sendo ministro o illustre deputado, e o governo disse pela boca do chefe do estado, que nem a tranquillidade publica nem a boa harmonia com as outras nações tinha soffrido alteração.

Não pôde perceber a razão por que, sendo o illustre deputado ministro, pôde dar esta agradavel noticia, e não se pôde dar quando o não é.

Ainda que se acha presente o seu collega o sr. ministro da marinha, como s. ex.ª não estava na sala na occasião em que um illustre deputado se referiu a alguns assumptos do ultramar, permitta-lhe a camara que lhe diga duas palavras quanto aos seus reparos.

O illustre deputado não julgou mau que se dissesse que havia tranquillidade publica, mas julgou que isto não era exacto. Disse que não havia tranquillidade publica, nem tão pouco boa harmonia com as outras nações; e referiu-se a um acontecimento que todos deploram, o qual teve logar na ilha de Bolama, em que um navio inglez commettera excessos e arbitrariedades, que o governo é o primeiro a condemnar.

Sobre este assumpto tem-se pedido esclarecimentos ao governo inglez, e é negocio que pende entre os dois paizes; mas não se pôde suppor que, porque existe um negocio em que se pedem explicações, o illustre deputado diga que ha interrupção de relações com as nações aliadas da coroa de Portugal.

Pediram-se explicações sobre esse facto, que se reputa attentatorio da dignidade do paiz, e trata-se de averiguar quaes são fundamentos, para se darem e pedirem explicações; mas isto nunca se considerou interrupção de relações.

Alem d'isso essa questão não é de agora: pende ha muito tempo, vem de longa data, e não tem visto que o illustre deputado, que ha muito tempo tem assento no parlamento, se lembrasse de fazer observações a proposito do negocio em que falla.

Estando este negocio pendente de negociações diplomaticas, cumpre-lhe não dar agora mais explicações a este respeito.

Tendo dado estas poucas explicações, em relação ás observações feitas pelos illustres deputados a quem responde, conclue e deixa ao seu collega da fazenda responder, quanto á questão de fazenda, ás ponderações que foram apresentadas a este respeito, na occasião que lhe parecer mais opportuna.

O sr. *Baldinho*:—sendo deputado por Angola, e tendo ouvido dizer ao sr. Arrobos, que n'aquella provincia não ha secego, entendeu do seu dever pedir a palavra para dizer á camara o que ha a tal respeito.

Em primeiro logar cumpre-lhe declarar, que a falta de secego que por ventura tenha ali havido, não é devida a desintelligencias entre a coroa portuguesa e outra alguma nação estrangeira.

As desintelligencias que ha n'aquella parte da monarchia portuguesa, não devidas unicamente a um facto que se dá entre os proprios habitantes do paiz. Tratando-se de se entregar a direcção e regimen do reino de Congo ao seu legitimo principe, houve um réguo que quiz oppor-se a isso, querendo elle proprio tomar a direcção dos negocios d'aquella pais, allegando que lhe pertencia, o que não era exacto.

Neste estado, e sendo de absoluta necessidade collocar as cousas no seu verdadeiro pé, foi preciso que o governador da provincia de Angola mandasse uma força armada para manter os povos dentro dos seus justos limites, e collocar o legitimo rei na sua legitima posição. A força foi; o commandante entrou no reino de Congo; tomou posse de um forte; deu d'ahi alguns tiros de artilheria contra os sublevados, o que deu em resultado elles debandarem; e logo que se retirou a gente que se oppunha á investidura da autoridade real do principe, a quem de direito pertencia, o commandante da força saiu do forte, perseguiu-os, e elles ausentaram-se para muito longe, mas ausentaram-se com o fim de se reunirem em maior numero para virem atacar o commandante da força, e foi o que effectivamente fizeram: reuniram em numero muitissimo grande, rodearam o commandante da força, deram muitos tiros, houve um grande conflicto entre elles e a força armada mandada de Angola, do que resultou o commandante ser victima de um tiro. Eis aqui está o facto que ali teve logar, facto de que nem o sr. ministro da marinha, nem o governador de Angola teve culpa alguma.

Entendeu do seu dever ter dito estas poucas palavras em defeza d'estes dois nobres cavalheiros.

O sr. *Gomes de Castro*:—não tinha tenção de entrar na discussão da resposta ao discurso do throno, porque entendendo que a resposta é apenas um cumprimento que se faz ao chefe d'estado.

Entre tanto o debate está aberto, e pedira a palavra quando o sr. Carlos Bento, tendo-se referido ás medidas apresentadas pelo sr. ministro da fazenda, notou que algumas lacunas se encontravam n'essas propostas, como por exemplo, a falta da reforma das pautas, e viu com sentimento seu que n'essa occasião alguns membros da camara interpretaram mal as expressões do sr. Carlos Bento, e não deram á questão da reforma das pautas a importancia e valor que ella de certo tem.

Concorda que quando vierem á discussão as propostas apresentadas pelo sr. ministro da fazenda, é occasião mais opportuna para notar que nas reformas propostas ha uma ou outra lacuna, mas parece-lhe não ser muito para estranhar que os deputados da opposição notem agora na discussão da resposta ao discurso do throno algumas d'essas faltas.

Entrando no objecto para que principalmente pedira a palavra, começa por declarar que não combate o imposto; está mesmo persuadido de que os seus collegas da opposição não são contrarios ao imposto, e quando o fossem, então n'esta questão apparecia-se-lhe d'elles. Mas uma cousa é lançar impostos, outra cousa é lança-los com igualdade.

Ninguém pode deixar de fazer justiça ao alto merecimento do sr. ministro da fazenda; ninguém pôde deixar de reconhecer os muitos conhecimentos economicos que s. ex.ª tem. É certo que o seu relatório sobre o estado da fazenda publica, está bem elaborado e toca em alguns melhoramentos que é necessario, e até indispensavel, introduzir na administração da fazenda publica; entretanto desde o momento em que s. ex.ª não fez uma unica alteração na pauta, s. ex.ª vae estabelecer uma reforma da qual resultará necessariamente o ir distribuir o imposto de uma maneira muito injusta, ou pelo menos, pouco equitativa.

Tem ouvido dizer, todas as vezes que se falla na reforma das pautas, que é necessario proceder com toda a cautela, porque essa reforma envolve tantos interesses que é necessario attender; e que se precisa de inqueritos. Isto é muito bom de dizer, e tinha todo o cabimento, se por ventura esta questão da reforma das pautas nascesse hoje, porém ella data de ha muito tempo. Já a administração transacta teve o cuidado de chamar todos os interessados, ouviu os fabricantes e os consumidores; adquiriu dados estatísticos muito importantes e exactos; e foi sobre esses dados que o sr. Avila, quando ministro da fazenda, apresentou uma proposta de lei á camara para serem reformados muitos dos artigos das pautas. Fez-se uma collecção de todos esses documentos que podem, sem questão alguma, servir de base para se fazer uma reforma nas pautas, e n'estes termos não se pôde dizer que se adie a questão da reforma das pautas. Adiar esta questão denota fraqueza e falta de creença nos verdadeiros principios. Está persuadido de que o sr. ministro da fazenda não leu os documentos que foram apresentados á commissão das pautas, porque se os lesse, não hesitava em propor a reforma.

Quer-se fazer um novo inquerito; faça-se muito

embora; não quer matar as industrias que se têm desenvolvido, (as que se têm desenvolvido) á sombra de certos direitos protectores; conhece que ha interesses creados que é preciso attender, mas com isso não se queria deixar de fazer a reforma nos artigos em que se pôde fazer desde já. Se ha alguns artigos para os quaes se pede a alteração, e para reformar os quaes não se precisa de inqueritos, porque estão indicados, discutidos e decididos pela imprensa, e pelo paiz inteiro, que soffre immensos onus por causa da elevação dos direitos, reformem-se desde já esses artigos contra os quaes ha tão serias, justas e graves reclamações.

Pergunta ao sr. ministro da fazenda, a razão por que não propoz a redução dos direitos do assucar? Se s. ex.ª tivessees chamado a si todos os documentos que ha a este respeito, havia de reconhecer o immenso contrabando que se faz de assucar pela raia secca do norte e pelo Alentejo, em consequência dos elevados direitos que este genero paga. S. ex.ª não deve parar diante da cifra de 1.000.000 réis, que os direitos sobre o assucar produzem, para propor a reforma d'este direito, pelo recio de que esta cifra diminua e comprometta a situação da fazenda, porque a experiencia tem mostrado que quando os direitos sobre os generos de primeira necessidade são modicos, a receita augmenta, porque o consumo torna-se maior e deixa de existir incentivo para o contrabando.

A aguardante do camra está sendo objecto de grande contrabando, e é tal que em algumas partes do reino se está vendendo por um preço inferior aos direitos que paga.

A respeito do bacalhau, tambem é conveniente baixar os direitos d'este genero, e esta baixa de direitos não trará redução na receita, senão veja-se o que aconteceu no Brazil, que pagando ali o bacalhau 15540 réis por quintal foi reduzido a 500 réis, e o resultado foi que a receita publica n'este ponto augmentou muito consideravelmente. Estes são os factos, esta é a experiencia, e é a estes factos e a esta experiencia que o sr. ministro da fazenda deve attender mais que ás suas theorias e aos seus recios.

Todos os generos de primeira necessidade, tanto no norte como no Alentejo, entram por contrabando.

Pede ao sr. ministro que lhe diga quaes são os dados que tem para trepidar e recetar propor a reforma em certos artigos das pautas, especialmente nos generos de primeira necessidade? A obrigação do governo é tornar a vida barata, e os generos de primeira necessidade estão actualmente muito caros.

Não combate o imposto, ha de votar a medida apresentada pelo sr. ministro da fazenda com respeito ao imposto industrial, porque tem havido n'este imposto uma grande desigualdade.

A França, reconhecendo as suas necessidades, acabou completamente com os direitos sobre as materias primas; esta é que é a verdadeira protecção ás industrias; não é accumulando direitos sobre direitos nas materias primas, que se prestam os meios para as industrias se poderem desenvolver. E por esta occasião nota, que ha uma industria no nosso paiz que ha tempo a esta parte é a industria que mais se tem desenvolvido, a da estamparia; mas essa industria não pôde concorrer com o estrangeiro nas nossas colonias com o producto mais perfeito que faz em consequencia dos fortes direitos que pagam as materias primas; e esta industria reclama contra isto.

Nos papeis que foram presentes á commissão das pautas, acham-se as representações das associações commerciaes dos diferentes pontos do paiz, como a de Ponta Delgada, Vianna do Castello e outras, em que todas são concordes em dizer, que o rendimento das respectivas alfandegas tem augmentado depois da grande reforma que nas pautas se fez em 1852. Dá este testemunho publico ao auctor d'essa reforma, e louva-o por a ter levado á execução.

Não desconhece que a reforma de certos artigos das pautas ha de apresentar algum *deficit*, mas só temporariamente, e a obrigação do governo é propor ao lado da reforma uma nova receita para supprir o *deficit* que por ventura appareça; porque em quatro ou cinco annos, a receita das alfandegas provenientes das reformas feitas nas pautas, terá augmentado muito consideravelmente.

Poderia apresentar mais algumas considerações, mas a hora está a dar, e não querendo fatigar a camara, por isso termina as suas considerações, notando que a reforma das pautas é uma reforma humanitaria.

O sr. *Avila*:—não tencionava entrar n'este debate, como tem deixado de entrar de outras vezes; e entende, como o sr. ministro do reino, que, quando ha questões tão graves que, por assim dizer, estão a bater á porta, convem guardar para a discussão d'ellas as observações que por ventura agora se possam e queiram apresentar, principalmente em relação á questão de fazenda, que é uma questão complexa e grave, e que não se resolve na discussão da resposta ao discurso do throno (*apoiados*).

Se pedira a palavra, com excepção ao proposito que tinha de não entrar na discussão da resposta, fora a isso levado por ter ouvido dizer ao sr. ministro do reino, em relação á reforma das pautas, publicada por s. ex.ª, que elle orador dissera então, que esta reforma era uma temeridade: s. ex.ª declarou logo que não fizera esta referencia com intenção de o offender; aceita esta declaração, nem pediu a palavra por julgar que s. ex.ª pretendia lançar-lhe algum desfavor; mas para explicar á camara os motivos que então teve para dizer que a reforma das pautas era uma temeridade.

Na occasião em que s. ex.ª publicou a reforma das pautas, estava lutando com um grande *deficit*, e s. ex.ª fazendo nas pautas uma reforma tão importante como fez, e suppondo que essa reforma devia produzir diminuição nas receitas, não apresentou ao mesmo tempo medidas tendentes a preencher esse desfalque. Foi n'este sentido que chamou temeraria á sua reforma.

E aproveita esta occasião para declarar, que dessa reforma resultaram grandes vantagens, que elle orador não fez mais do que seguir na proposta que apresentou á camara para a reforma de alguns artigos das pautas. Faz esta declaração com prazer, porque tem sempre muito gosto em fazer justiça aos homens que lutam com difficuldades para combater e destruir certos prejuizos e preconceitos introduzidos no publico.

Dada esta explicação, pede permissão para fazer breves considerações a respeito de varios pontos que se tem tocado, e especialmente acerca da proposta que apresentou ao parlamento sobre a reforma de varios artigos das pautas das alfandegas, visto que n'ella se fallou. Em primeiro logar deve notar, que a censura dirigida pelo sr. ministro do reino ao seu honrado collega o sr. Carlos Bento, por ter vindo agora indicar a redução dos direitos do assucar, não tem cabimento, por quanto não foi o sr. Carlos Bento quem veio propor essa redução; o que o sr. Carlos Bento disse, foi, que quem propoz a redução dos direitos do assucar deve desde logo propor a receita, para preencher o desfalque que ha de vir d'essa redução de direitos. Foi n'este sentido que fez algumas ponderações acerca d'este objecto, que não deixa de ser importante e de merecer toda a attenção.

Quando apresentou a sua proposta de reforma em alguns artigos da pauta, teve a convicção de que se



ria votada sem discussão; porque não lhe parecia possível que fosse combatida a redução de direitos que tinha principalmente por sustentadores os próprios que lucravam com esses direitos.

Ouvira os fabricantes sobre essa reforma, e a sua intenção era marchar tanto quanto fosse possível no caminho de diminuição de direitos de protecção. É claro que todas as vezes que se lhes concedia a protecção de que a reforma se lhes concedia era exagerada, elles mesmos fixavam a cifra da protecção de que precisavam, e elle, orador, aceitava immediatamente a diminuição nos direitos que fossem convenientes.

Quando o direito de 52 % sobre o papel se reduziu a 50 %, foi isso uma grande vantagem para o próprio fabricante, porque resultou d'esta redução uma circumstancia que parece absurda; a redução do direito augmentou consideravelmente a fabrica-ção interna do papel, e diminuiu a importação. O consumo augmentou, e os nossos fabricantes preparam-se para fazer frente a esse augmento de pedido.

Tinha chamado os fabricantes de papel, e disse-lhes que os direitos que pagava o papel eram de 28800 réis por cada 100 arrateis; e perguntou-lhes qual é o direito que precisavam para protecção? Responderam que 28000 réis. Aceitaria immediatamente. E depois d'isto confessou que não pôde persuadir-se de que se tenham passado dois annos e que ainda hoje o papel pague os mesmos 28800 réis, quando os proprios fabricantes declaravam que se contentavam que pagasse 28000 réis. Isto é incrível, mas é verdade.

O vidro paga o direito de 100 réis por arratel, quer dizer, 300 % como notou o sr. Affonseca; chamára os fabricantes de vidros, e disse-lhes que queria que aquelle direito fosse reduzido a 40 réis por arratel; porém que dissessem qual era o direito de protecção de que precisavam, e declararam que se contentavam com a redução a 70 réis por arratel. Depois d'este facto é possível acreditar que ainda hoje o vidro esteja pagando 100 réis por arratel?

E assim procedeu a respeito de outros muitos artigos d'entre os 270 que propoz que fossem reformados, e que tão injustamente foram apreciados pelo sr. ministro das obras publicas, quando só achou reformados os direitos que diziam respeito ao paizinho e ao pimentão (riso).

Observa que o sr. ministro da fazenda está em muito má situação a este respeito, mas acredita que desde o momento em que se desprender d'aquellas attencões que sempre se têm com os collegas, não havia de negar o seu apoio a reforma que elle, orador, propoz, e talvez a leve mais longe.

A respeito do assucar diria, que com quanto sejam exactas as observações feitas pelo sr. Gomes de Castro, é certo que se a ex.ª fosse ministro da fazenda, havia de exitar em propor a redução de direitos sobre um genero que produz annualmente a importante receita de 1.000.000.000 réis; portanto não censura o sr. ministro da fazenda, nem o pôde censurar por s. ex.ª não apresentar a redução dos direitos n'este genero; os ministros da fazenda trepidam sempre em bolir n'uma verba qualquer de receita publica importante, sem estarem ao mesmo tempo habilitados para occorrer ao deficit que por ventura pôde apparecer.

Quanto á aguardente, noticia que, em quanto se não admittir este genero pelos portos secos, o contrabando ha de ser grande e a nossa industria agricola prejudicada (apoiados), é necessario abrir-lhe os portos, estabelecendo-lhe um direito razoavel, e o contrabando diminuirá, e a nossa industria agricola não será prejudicada (apoiados).

Tendo já dado a hora ha muito, sentia não ter tempo para manifestar largamente á camara as suas idéas a respeito das reformas ultimamente adoptadas pelo governo inglez, no sentido de as louvar, e está certo de que ellas, quer nós façamos ou não alguma cousa pela nossa parte, nos hão de ser convenientes (apoiados).

O sr. Presidente:—dando para ordem do dia a amanhã trabalhos em commissões depois da leitura do expediente, levanta a sessão.—Eram mais de 4 horas da tarde.

Não disse na sessão de hontem, que os empregados da marinha não tem outros recursos senão os seus ordenados.

Tratando de mostrar a necessidade dos pagamentos em dia para todas as classes de funcionarios publicos, referi que n'isso estava a melhor garantia do bom serviço, mormente quando o funcionario só tinha por ordinario recurso o ordenado do thesouro.—Henriques Secco.

No relatório do ministerio da marinha e ultramar, *Diário de Lisboa* n.º 47, paginas 189, columna 5.ª, linhas 91, onde se lê 54.000.000 réis, leia-se 49.787.554 réis.

No mesmo relatório e *Diário*, paginas 190, columna 2.ª, linhas 47, onde se lê *presente legislatura*, leia-se *precedente legislatura*.

## NOTÍCIAS DO REINO

### CONTINENTE

Lamego.—N'uma correspondencia, dirigida d'esta cidade ao *Viriato*, encontra-se a seguinte noticia: «No dia 18, por convite do presidente da camara municipal d'esto concelho, feito a pedido do sr. Antonio Pinheiro da Fonseca Osorio, deputado eleito por este circulo, teve lugar nos paços da mesma camara uma reunião de lavradores do Douro, com o fim de discutirem os meios mais convenientes a melhorar o presente estado d'este paiz vinhateiro.

Foi apresentado á consideração da assembleia um projecto do sr. Affonso Botelho, e outro do sr. dr. Antonio Pereira Zagallo, e foi eleita uma commissão de cinco membros para considerar os mesmos projectos e quaesquer outros que se apresentarem, a fim de dar a respeito de todos o seu parecer, que será submettido á discussão em uma nova reunião geral dos lavradores.

«Cabe aqui consignar o elogio que merece o sr. Antonio Pinheiro da Fonseca Osorio, por haver promovido d'esta arte illucidar-se do estado da embaraçada e importante questão do Douro, antes de ir tomar o seu lugar na camara dos representantes do paiz.»

Porto.—Pelas onze horas da noite de 26, diz o *Diário*, deram as torres signal de incendio na freguezia da Sé, o qual foi no largo de S. Christpian na casa que faz esquina para a Biquinha. Apesar dos promptos socorros e actividade dos bombeiros houve bastantes estragos, ficando a casa toda deteriorada. Quando as bombas retiraram eram tres horas da madrugada.

O mesmo jornal tratando ainda d'este incendio diz, que, no momento em que um pobre bombeiro deixava uma escada para chegar um machado a um seu companheiro, cahiu por cima d'elle parte do beiral do telhado e deixou-o bastante maltratado. Sendo recolhido em uma casa, foi logo socorrido por um facultativo que alli appareceu e depois foi conduzido para o hospital da misericordia. O sargento Moreira tambem ficou bastante magoado nas mãos por causa de uma queda que deu. Não nos consta que houvesse mais desgraça alguma, escreve terminando o jornal alludido, não obstante no principio do incendio dizer-se que faltava uma creança.

Villa Real.—No *Commercio do Porto* lê-se a seguinte importante participação.

*Telegraphia electrica*.—Ante-hontem pelas quatro horas da tarde começou a funcionar o telegrapho de Villa Real. No dia 1.º do futuro março é aberta ao publico a correspondencia electro-telegraphica d'ali para todos os pontos do reino onde ha telegraphos, mediante o pagamento da taxa. = Porto, 27 de fevereiro de 1860. = H. L. de Santa Anna, capitão.

## NOTÍCIAS ESTRANGEIRAS

Recebemos folhas de Madrid até 26 de fevereiro e de Paris até 23 do mesmo mez.

No dia 25 de fevereiro ultimo não se recebeu em Madrid despacho algum relativo ás operações da esquadra hespanhola, nem do acampamento de Tetuán, sem duvida por causa do grande temporal que reinava no estreito e que obrigou todos os navios a refugiarem-se em Puente Mayorga.

Consta todavia, segundo affirmam um jornal hespanhol, que, quando do novo começarem as hostilidades contra os marroquinos, fariam de guarnição em Tetuán tres batalhões vascongados e uma parte da divisão commandada pelo general Rios. Das forças que estão no Serralho, compostas de vinte e dois batalhões, formar-se-hão tres divisões: uma ficará occupando as posições em que hoje se acha o exercito; a outra avançará por terra na direcção de Tanager; e a terceira, de que formam parte dois batalhões de marinha, irá com a esquadra para onde esta se dirigir.

Não se sabe ao certo qual será o chefe que ficará de guarnição nas posições em frente de Ceuta; supõe-se porém que será encarregado d'essa missão o brigadeiro Trillo.

Os jornaes recebidos pelo correio de hoje, alem dos despatches que hontem transcrevemos, nenhum outros publicam.

### FRANÇA

O jornal official francez publica, n'um dos seus ultimos numeros, um relatório dirigido ao imperador pelo ministro do commercio, relativo á reforma das tarifas das materias primas. O relatório a que alludimos completa o programma imperial que deve inaugurar em França um novo systema economico. Effectivamente, depois de explicar os motivos que deviam determinar a supressão dos direitos de alfandega sobre a lã e sobre o algodão, o ministro francez expõe que essa supressão, por mais importante que seja, não satisfaz sufficientemente os interesses industriaes do paiz, se a reforma das tarifas não comprehender tambem outros agentes necessarios á fabrica-ção.

Como a supressão dos direitos sobre as materias primas entra no dominio do poder legislativo, o relatório de que fallamos fixa as bases do projecto de lei que deve ser submettido ao conselho d'estado. O ministro fez o possível para conciliar todos os interesses. Comprehendendo a solicitude do imperador pela industria e pela classe operaria, elle se occupa do indicar as medidas que lhe parecem mais efficazes, para que, os progressos economicos que devem ser realisados effectivamente sejam levados a effecto sem prejuizo do trabalho, e para que os fabricantes francezes sofram o menos possível em virtude da transição entre o regimen actual e o regimen novo que se pretende estabelecer. Mettendo tambem em linha de conta os interesses da marinha, o ministro do commercio propõe que paguem um imposto moderado as importações de lã e algodão, effectuadas em navios estrangeiros, em quanto que a franquia será completa para a importação feita em navios francezes. As mesmas regras serão applicadas a outras materias e aos productos chimicos, cujas tarifas, segundo a proposta do ministro, devem ser reformadas.

Mettendo em linha de conta o documento de que fallamos, têm já sido apresentados ao imperador quatro relatórios ministeriaes, destinados á preparação das leis indispensaveis para a execução do programma imperial.

O coronel Faulkner, nomeado enviado extraordinario e ministro plenipotenciario dos Estados Unidos em França, em lugar de mr. Mason, que falleceu, chegou a Paris, e começou já no exercicio das suas funcções.

A legação dos Estados Unidos compõe-se hoje, alem do novo ministro, de mr. Calhoun, na qualidade de 1.º secretario, e de mr. Wilbor, na qualidade de 2.º secretario.

Diz-se que o principe de Metternich entregou já ao ministro dos negocios estrangeiros da França a resposta da Austria ás propostas inglezas para a solução da questão italiana. Na sua resposta, a Austria declara positivamente que não aceita essas propostas como base das negociações.

O *Times*, confirmando esta noticia, acrescenta que a Austria declarou que «por em quanto não tratara de destruir pela força aquillo que não pôde impedir, porém que reserva a sua acção para o futuro.» (El Dia.)

## NOTÍCIAS SCIENTIFICAS

### OBSERVATORIO METEOROLOGICO

INFANTE D. LUIZ			
NA ESCOLA POLYTECHNICA			
BAROMETRO (PRESSÃO)	THERMOMETRO (TEMPERATURA)	PSYCHROMETRO (HUMIDADE)	ANEMOMETRO (VENTO)
Millimetros	Grada C.	Por 100	Ramos
9 m. 757,81	12,1	82,9	N.
3 t. 754,88	17,6	58,7	ESE.

DIA 28.	
Maxima—temperatura.....	18.º C.
Minima.....	9.º
Ozone (de noite).....	9.º
Chuva (de dia).....	4.5
Chuva (vaporimetro).....	0.0 Mil.
Evaporação (vaporimetro).....	2.0
Altura barometrica correcta.....	
Altitude do barometro 95,1 metros.	
Temperatura á sombra.....	

## NOTÍCIAS COMMERCIAES

### ALFANDEGA DO PORTO

Recetta da alfandega de 1 a 24 de fevereiro.....	128.926.384
Idem no dia 25.....	2.655.695
	131.581.479

### MOVIMENTO DOS VINHOS E AGUARDENTES

Fevereiro, 25	
DESPACHADO PARA CONSUMO	
No Porto	
Vinho maduro.....	Pipas Alm. Can. 9 1 3
Dito verde.....	3 1 -
DESPACHADO PARA EXPORTAÇÃO	
Vinho.....	Pipas Alm. Can. 148 19 8 1/2

### PRAÇA DO PORTO, 27 DE FEVEREIRO

#### PREÇOS

	Compra	Venda
Pecas de 80000—á prata.....	73800	85000
Oncas hespanholas—á oiro.....	153800	153800
Ditas mexicanas—á oiro.....	143800	143800
Soberanos—á prata.....	43490	43500
Oiro careado—á oiro.....	13980	23000
Patacas hespanholas—á prata.....	2940	2960
Ditas brasileiras—á prata.....	2920	2950
Ditas mexicanas—á prata.....	2920	2950
Prata em barra—á oiro.....	12126	12126 1/2
Cinco francos—á oiro.....	2880	2900

(Commercio do Porto.)

### MOVIMENTO MARITIMO

#### BARRA DE LISBOA

Dia 29 de fevereiro de 1860

#### EMBARCAÇÕES ENTRADAS

Promise, brigue inglez, capitão G. Adamson, de Cardiff em 11 dias, com carvão, a P. Olive & Comp.ª; 14 pessoas de tripulação.

Venus, brigue portuguez, capitão J. C. Valverde, da ilha de S. Thiago de Cabo Verde em 36 dias, com café e mais generos, a Chalmica & Gonçalves; 15 pessoas de tripulação e 3 malas.

Villa Nova de Portimão, cahique portuguez, mestre J. S. Marques, de Villa Nova do Portimão em 5 dias, com figo e mais generos; 9 pessoas de tripulação e 2 passageiros, que são: Francisco Martins da Silva, Francisco da Silva, maritimos; portuguezes.

#### EMBARCAÇÕES SAÍDAS

S. José 2.º, patacho portuguez, capitão J. Ferreira, para a ilha de S. Miguel, com pedra e encomendas; 8 pessoas de tripulação.

Lucie, caixamarim francez, cap. L. J. Dijon, para Dunkerque, com sal; 6 pessoas de tripulação. Estes navios foram registados hontem e saíram hoje, tendo-se demorado na enseada de Paço de Arcos.

Saudade, bateira, mestre M. O. Lirio, para Setubal, com cereas e encomendas; 7 pessoas de tripulação.

Flor de Alcaer, hiate portuguez, mestre J. M. Branquinho, para Setubal, com cereas e mais generos; 5 pessoas de tripulação.

Adelaide, bateira, mestre J. P. dos Santos, para a Figueira, com aguardente e mais generos; 7 pessoas de tripulação.

S. José, hiate portuguez, mestre M. Ferreira, para Lagos, com encomendas; 7 pessoas de tripulação e 2 passageiros, que são: José Maria da Silva, artista; Mannel Viegas Seguro, maritimo; portuguezes.

Conceição Porto Seguro, rasca, mestre J. L. Vinagre, para o Porto, com algodão e encomendas; 7 pessoas de tripulação.

Lord Nelson, escauna ingleza, capitão T. Collenwood, para Poole, com sal; 6 pessoas de tripulação.

Julie Marie, brigue francez, capitão J. Lafor, para Villa Real de Santo Antonio, em lastro; 8 pessoas de tripulação.

Esperancoso, patacho portuguez, capitão D. J. Lourenço, para Caminha e Malaga, em lastro; 10 pessoas de tripulação e 1 passageiro, Manuel Maria da Ponte, carpinteiro; portuguez.

Senhora do Rosario e Almas, cahique portuguez, mestre A. da Luz, para Peniche, com vinho e encomendas; 8 pessoas de tripulação e 2 passageiros, que são: Marcellino da Costa Bello, caixeiro; Maria Gertrudes; portuguezes.

Lealdade, hiate portuguez, mestre F. P. Coelho, para Aveiro, em lastro; 8 pessoas de tripulação.

Bordo do vapor *Infante D. Luiz*, em frente de Belem, em 29 de fevereiro de 1860.—J. J. Cecilia Kol, capitão-tenente, commandante.

### FUNDOS ESTRANGEIROS

#### (Boletim telegraphico)

Bolsa de Madrid, 29 de fevereiro—3 % consolidado a 44,30 e 44,25—3 dito differido a 34,25.

Bolsa de Paris, 29 de fevereiro—3 % francez a 68,15—4 % dito a 97,95.

Bolsa de Londres, 29 de fevereiro—Consolidados de 94 1/4 a 94 7/8.

## AVISOS

### ALFANDEGA GRANDE DE LISBOA

No dia 2 do corrente mez de março pelas onze horas da manhã, haverá leilão n'esta alfandega, a requerimento do banco de Portugal, de dez caixas com assucar mascavado da Bahia, marca MF, vindas pelo navio *Eurico*, que deu entrada n'esta mesma alfandega em 29 de dezembro de 1857, com o n.º 2388.

### MONTE PIO DAS SECRETARIAS D'ESTADO

Não podendo ter lugar, por motivos imprevistos, a reunião d'este monte pio, annunciada para domingo 26 do corrente, s. ex.ª o conselho presidente da assembleia geral convita todos os srs. socios a comparecerem, para os fins já designados, no local do costume, ás onze horas da manhã do dia 4 do proximo mez de março.

Nos termos dos estatutos as deliberações que então se tomarem terão validade, seja qual for o numero de socios presentes.

Lisboa, em 23 de fevereiro de 1860.—Joaquim Victor da Silva Teixeira de Gusmão, secretario da mesa da assembleia geral.

### ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DO ESTADO

De ordem do sr. vice-presidente da assembleia geral é convocada a mesma a reunir-se no sabbado 3 do proximo mez de março, pelas sete horas da noite, para proceder a algumas eleições, a fim de se completar a direcção e conselho fiscal, e bem assim para tratar de objectos que se acham pendentes de outras sessões.

Lisboa e sala da associação, aos 26 de fevereiro de 1860.—F. A. M. de Figueiredo, secretario da mesa.

### ASSOCIAÇÃO DE SOCCORRO E MONTE PIO GERAL DA MARINHA

Não se tendo reunido em numero a assembleia geral extraordinaria no domingo 26 do corrente, conforme se tinha avisado, para os fins marcados no n.º 11 do artigo 33.º dos estatutos, de ordem do ex.º presidente da assembleia geral novamente são convocados todos os socios para a reunião da assembleia geral extraordinaria, que deverá ter lugar no proximo domingo, 4 de março, pelas onze horas da manhã, no local do costume.

Sala das sessões da assembleia geral, 27 de fevereiro de 1860.—Joaquim José do Valle, 2.º secretario.

### MONTE PIO GERAL

O ex.º sr. conselheiro presidente da assembleia geral convita a mesma a reunir-se no dia 3 de março, pelas 6 1/4 horas da tarde, para se continuar a discutir a ordem do dia da anterior sessão.—O 1.º secretario da mesa, José Guilherme dos Santos Lima.

### CENTRO PROMOTOR DOS MELHORAMENTOS DAS CLASSES LABORIOSAS

É convocada a assembleia geral para quinta feir 4 de março, pelas oito horas da tarde. Ordem do

dia: 1.º, segundas leituras; 2.º, parecer da commissão relativo ao commercio dos cereaes.

A mesa, attendendo á magnitude do assumpto que se va tratar, roga a todos os socios a sua comparencia.—O secretario, J. A. Dias.

### ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS NO COMMERCIO E INDUSTRIA

Rua dos Douradores n.º 72, 1.º andar

Por ordem do ill.º sr. presidente é convocada a assembleia geral d'esta associação, extraordinariamente, para o dia 4 do proximo mez, ás quatro horas da tarde; sendo a ordem do dia: 1.º, ouvir ler as escusas de alguns membros dos cargos para que foram eleitos na ultima sessão; 2.º, eleição do secretario da mesa; 3.º, discussão do projecto do monte pio de viúvas; 4.º, idem do convite feito pelo professor caligraphico, o sr. Carlos Silva.

Mesa da assembleia geral, 28 de fevereiro de 1860, —Servindo de secretario, José da Conceição Monteiro Osorio.

### FUTURO SOCIAL

Continuam as palestras litterarias segunda-feira 4 do corrente, pelas sete horas da noite, nas salas do centro promotor, versando a discussão sobre os *deveres e direitos dos cidadãos*.

A mesa pede a comparencia dos associados, assim como das pessoas estranhas á associação, sendo a todos permitido o direito de discussão.—O secretario, A. A. da Silva Loto.

## PUBLICAÇÕES LITTERARIAS

### INDICE CHRONOLOGICO

#### REPERTORIO ALPHABETICO

DAS CIRCULARES EXPEDIDAS PELAS PROCURADORIAS REGIAS

DAS RELACOES DE LISBOA E PORTO

EXTRACTADO E CORREJADO

POR MANUEL PEDRO DE FARIA AZEVEDO

ADJUNTO DO PROCURADOR REGIO DA RELACAO DE LISBOA

Vende-se na loja de livros de Antonio Rodrigues, travessa de S. Nicolau n.º 113.

#### PREÇO

Assignatura.....	900
Avulso.....	1.500

Os srs. das provincias, que tiverem interesse em possuir esta obra, podem dirigir-se ao auctor, ou á loja de livros supra mencionada, que lhe será promptamente remetida pelo correio, accrescendo ao seu custo 90 réis, que em tanto importam as estampilhas.

## MANUAL DO DISTILLADOR

Saiu á luz a 2.ª edição (augmentada) do Manual do Distillador, ou modo facil para preparar diferentes vinhos preciosos, e vinagre branco e tinto; toda a qualidade de liciores finos e exquisitos; cereja, gengibre, aguardentes, cidras e geropigas; gelados, sorvetes e varias conservas; frutas de calda e pastilhas; aguas de colonia franceza, massas para amaciar a pelle etc.; e diferentes receitas curiosas, e varios processos para a fabrica-ção de vernizes, sabões, sabonetes etc.; 1 vol. Vende-se por 600 réis na rua Augusta n.º 20 e 22, á esquina da rua dos Capellistas.

## THESSORO DA INFANCIA

Historia e contos moraes, dedicados á mocidade portugueza e brasileira, escriptos pelos nossos mais distinctos auctores contemporaneos; 1 bonito volume de 200 paginas em pequeno formato—100 réis.

Este volume compõe-se de tres partes, que foram publicadas por conselho e sob a protecção do sr. dr. Antonio Feliciano de Castilho.—Ao mesmo tempo que recreia, instrue a mocidade. Os editores não tiveram em mira nenhuma especulação commercial; o seu limitado preço prova que houve unicamente em vista propagar as leituras uteis, pondo-as ao alcance de todos.

Aos directores de casas de educação, que quizerem porção de exemplares d'esta obra, se abonará de commissão 15 por 100, até 30 exemplares; de 30 até 60, 20 por 100; de 60 até 100, 25 por 100. Vende-se em Lisboa, no escriptorio do editor, F. A. da Silva, rua dos Douradores n.º 178, 2.º andar (esquina do largo de Santa Justa).

## ANNUNCIOS

1 NA IMPRENSA NACIONAL e nas lojas dos seus commissarios, em Lisboa e no Lavado, no Porto o sr. Jacinto Pinto da Silva, e em Coimbra o sr. Orel, acham-se á venda o 1.º, 2.º e 3.º volumes do Dictionario Bibliographico do sr. Immacinico. O 4.º volume está no prelo.

2 O CONDE DOS ARCOIS faz saber por este annuncio aos seus parentes e amigos, que foi Deus servido levar da vida presente a sua presada tia a ex.ª sr.ª D. Anna de Noronha, e que pela sua ultima disposição ou vontade determinou que o seu funeral fosse sem pompa alguma; é este o motivo por que se não fizeram os competentes convites. Lisboa, 29 de fevereiro de 1860.

3 HOJE, pelas tres horas da tarde, deve ter lugar no cemiterio dos Prazeres a transferencia dos restos mortaes do ex.º visconde de Vallongo para o seu jazigo definitivo: o que se annuncia para que os seus amigos possam ali concorrer, como se espera. Lisboa, 1 de março de 1860.—Thomaz Cabral Soares de Albuquerque.

4 FRANCISCO ANTONIO DE VASCONCELLOS participa ás pessoas de sua amizade, que foi Deus servido levar da vida presente a sua esposa D. Bernarda de Vasconcellos, a qual ha de ser conduzida ao cemiterio dos Prazeres hoje, 1 de março, pelas tres horas da tarde, da casa da sua residencia, rua do Loureiro n.º 15; e pede desculpa de alguma omissão de convites, pela consternação em que o deixou um tão fatal acontecimento.

5 PELO JUIZO DE DIREITO da comarca de Villa Franca de Xira, o cartorio do escriptorio Escalante, e com os editos de 30 dias, a requerimento de Antonio José Pereira Palla, chamando e citando por esses todos e quaesquer credores do fallecido Francisco José Pereira, morador que foi na dita villa, para, no mesmo prazo, irem ao dito juizo e cartorio deduzir qualquer direito que tiverem ás propriedades que o mesmo possuia contiguas, sitas na rua do coto da dita villa com os n.ºs 34 e 44, que constavam de armazens, pinheiro e segundo andar, que foram arrematadas em hasta publica por elle annunciante no dito juizo e cartorio, por força de execução fiscal que aos herdeiros do dito fallecido corria no mesmo juizo sobre o producto dellas, consignado no deposito publico da dita villa, na importancia de 1.638.223 réis, pena de revella e lançamento, e de se julgarem livres as propriedades para o arrematante.

6 NO JUIZO ORDINARIO de Albergaria Velha, e cartorio do escriptorio Marques Pires, Antonio Domingues Salgueiro, solteiro, das Frias, Isabel Domingues da Silva e marido, do Sobrado, Maria Domingues da Silva e marido, José Domingues da Silva e mulher, da villa de Albergaria Velha, e Francisco Domingues e mulher, residentes em Sereim, tratam de habilitar-se a curadoria dos bens de seu irmão e cunhado Manoel Domingues Salgueiro, do mesmo lugar das Frias, ausente ha mais de trinta annos em parte incerta: quem se julgar com igual ou melhor direito o pôde vir deduzir na forma do art. 313.º da Nov. Ref. Jud.

### EDITAL